

EM GUARDA CONTRA O PERIGO VERMELHO: O ANTICOMUNISMO NO BRASIL (1917-1964)

Rodrigo Patto Sá Motta

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da USP para a
obtenção do título de Doutor em História
Econômica.

Orientadora: Professora Doutora Suely
Robles Reis de Queiroz

São Paulo, outubro de 2000

Capítulo 8

O SEGUNDO GRANDE SURTO ANTICOMUNISTA: 1961/64

A segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil, não considerando a conjuntura de 1946/47, teve lugar no início dos anos 1960. Mobilizações contra o comunismo ocorreram também durante a década de 1950, como já mencionado (a Cruzada Brasileira Anticomunista, por exemplo), mas elas ocuparam papel secundário no cenário político. Entre 1961 e 1964, ao contrário, o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março.

As razões para a emergência deste quadro são tanto de ordem interna quanto externa. No plano internacional, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente. Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África. Os norte-americanos mantinham-se atentos e estavam prontos a intervir se achassem

necessário¹, mas entendiam que a América Latina corria riscos menores se comparada a outros continentes. A ascensão de Fidel e seus “barbudos” ao poder mudou tudo, colocando esta parte do planeta no centro dos conflitos. Na verdade, Fidel Castro contou com a simpatia americana no início, pois suas opiniões políticas não eram claras. Quando seu governo se encaminhou para medidas nacionalistas e antiimperialistas, porém, houve a ruptura, processo consumado com a transformação do regime *castrista* num modelo marxista-leninista. O líder cubano tornou-se a expressão da “ameaça comunista” em solo americano, atraindo contra si a fúria dos EUA, que tudo fizeram para atrapalhá-lo e derrubá-lo.

A questão cubana fez “soar o alarme” em Washington, que passou a considerar a América Latina zona prioritária no combate ao “avanço soviético”. Os norte-americanos concentraram esforços para evitar o risco de expansão do exemplo cubano, combinando medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica)². A nova política norte-americana implicou numa considerável pressão sobre os países da América Latina, na tentativa de estabelecer um “cordão sanitário” capaz de impedir a progressão do comunismo. No entanto, seria um equívoco supor que a maré montante do anticomunismo tivesse sido criada pelos EUA e exportada para cá, como parecem crer alguns autores³. No caso do Brasil, pelo menos, havia uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930, configurada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o “perigo vermelho”. Os adversários locais do comunismo também ficaram alarmados com os acontecimentos de Cuba e trataram de

¹ Por exemplo, a intervenção na Guatemala em 1954. Mas este episódio não mudou a essência da política norte-americana, que relegava a América Latina à condição de *front* menor. RABE, *Op.cit.*, pp.82 e 113.

² O governo norte-americano “descobriu” a gravidade dos problemas sociais latino-americanos sob o impacto da Revolução Cubana, e a partir daí resolveu aumentar a ajuda econômica à região e estimular a realização de reformas sociais. Daí resultou a “Aliança Para o Progresso”, criada em 1961 para fomentar o desenvolvimento social e econômico da região. O programa, cuja principal motivação era o anticomunismo, exigia dos países latino-americanos interessados em receber financiamentos a realização de reformas nas estruturas sociais (inclusive a agrária). RABE, *Op.cit.*, pp.134-144.

³ “Criou-se uma ameaça tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina originária de um movimento político ‘desviante’ - ‘a ameaça comunista’. Esta, por sua vez, justificou a ajuda externa especializada em segurança nacional para combatê-la. Em outras palavras, os Estados Unidos criaram os argumentos para justificar a existência desse perigo específico e, a seguir, mostraram-se dispostos, mediante pagamento, a proteger os países ameaçados através da ajuda policial e também militar”. HUGGINS, *Op.cit.*, p.232.

cerrar fileiras. Neste sentido, o empenho anticomunista dos EUA era considerado uma benção pela maioria de tais grupos, que viam os “irmãos do Norte” como líderes de uma luta de alcance global⁴. Em resumo, a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas.

Mas o “mau” exemplo cubano não era o único fator a preocupar os setores conservadores brasileiros. Pela mesma época estava ocorrendo um processo, no plano interno, convergente com as mudanças no quadro internacional: a tendência ao crescimento das organizações de esquerda. O fato era visível não só na reestruturação do PCB, que começava a se recuperar das crises e cisões decorrentes da “desestalinização”⁵, mas no surgimento de novas organizações esquerdistas como Ação Popular (AP), Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP), por exemplo⁶. No limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais, para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionais fornecedores de quadros para os grupos radicais. Militantes católicos leigos e grandes quantidades de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis a transformações sociais. Em larga medida, o crescimento do apelo das propostas radicais se devia ao impacto da Revolução Cubana⁷, que teve o efeito de estimular a ação tanto de comunistas como de anticomunistas. Porém, fatores internos como urbanização, industrialização e expansão da rede de ensino também foram importantes, e não podem ser esquecidos.

No começo de 1961 o temor anticomunista, já excitado com o crescimento (interno e externo) das forças esquerdistas, viu-se frente a novo desafio. O recém-

⁴ Porém, nem todos os grupos estavam dispostos a seguir a liderança norte-americana. O Movimento Por Um Mundo Cristão (MMC), por exemplo, afirmou certa feita em seu jornal: “Não esperar que os Estados Unidos nos salvem do comunismo. Não salvaram Cuba e não salvarão o Brasil”. *Por Um Mundo Melhor*, nº51, mar./1962, p.7.

⁵ Processo iniciado após o XX Congresso do PCUS (1956), quando Nikita Krushev fez sua célebre denúncia sobre os crimes cometidos durante o regime *stalinista*. Tal atitude do novo dirigente soviético gerou uma crise no movimento comunista, marcada por revisões ideológicas e cisões. No caso do PCB, os desdobramentos da crise ocorreram, principalmente, entre 1956 e 1958. Cf. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

⁶ Sobre as Ligas Camponesas conferir AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁷ Deve-se mencionar, também, a influência do processo de descolonização (seguido da emergência do “terceiro-mundismo”), que contribuiu para fortalecer o apelo internacional das propostas esquerdistas e antiimperialistas.

empossado governo Jânio Quadros deu início a uma política externa independente, que tendia a aproximar o país das nações não-alinhadas com as posições dos EUA. A orientação de Jânio, uma desagradável surpresa para os que votaram nele esperando derrotar a esquerda e o *getulismo*, gerou reações indignadas. Mobilizou-se o anticomunismo contra a nova política externa, reagindo principalmente aos rumores de que a diplomacia brasileira se encaminhava para o reatamento de relações com Moscou. Nos primeiros meses do ano diversos setores fizeram ouvir seus protestos, ecoados pela grande imprensa conservadora (“Contrária a indústria carioca ao reatamento com o bloco comunista”; “(...) reatamentos de laços que nos podem enforçar”⁸). Choveram críticas contra a ousadia de Jânio, notadamente, após a condecoração oferecida a *Che* Guevara, que recebeu das mãos do Presidente brasileiro a “Ordem do Cruzeiro do Sul”.

A ASCENSÃO DE GOULART

Se os anticomunistas já estavam desconfiados em relação a Quadros, a tensão chegou a níveis perigosos após os acontecimentos de agosto, responsáveis por abrir caminho à crise que explodiria nos anos seguintes. Num lance dramático e ainda pouco esclarecido, o Presidente Jânio Quadros resolveu renunciar ao cargo, no final de agosto de 1961. O episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição para o cargo, em 1955, e a reeleição, em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas. O temor de que a ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas, associado à frustração dos conservadores pelo retorno do *getulismo*, levou a que se tentasse impedir a posse. Os Ministros militares de Jânio declararam-se contrários à posse de Goulart, criando um ambiente de pré-guerra civil. Num manifesto dirigido à Nação expuseram seus motivos, certamente falando em nome de todos os anticomunistas:

⁸ Respectivamente, manchete de *O Globo*, 1/03/61, p.4 e trecho de editorial de *O Estado de São Paulo*, 10/03/61, p.3.

(...) o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas⁹.

Jango era o líder da ala esquerda do PTB e um dos principais responsáveis pela transformação do partido *getulista*, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB. Sua presença no comando do país levava os conservadores a imaginar o recrudescimento da “infiltração” comunista, perigo que já haviam identificado e denunciado no governo Kubitschek¹⁰. Para evitar conflito maior articulou-se a solução da emenda parlamentarista, arranjo que demoveu os opositores à posse. Aceitaram a ida de Goulart para o Palácio do Planalto porque o poder presidencial ficava limitado em suas prerrogativas, manietado pelo aumento da influência do Congresso. A ascensão do líder gaúcho ao poder foi um verdadeiro divisor de águas nos embates políticos da época, pois se constituiu num fator de fortalecimento da esquerda e numa motivação para a arregimentação do anticomunismo. A manobra parlamentarista teve o efeito de apaziguar a crise e evitar o confronto aberto, mas não desmobilizou os conservadores e anticomunistas, que na primeira oportunidade voltaram a assestar baterias contra *Jango*.

A ocasião não demorou a aparecer, associada a uma polêmica que colocava a política externa novamente em foco. O novo governo resolveu dar continuidade à orientação diplomática que já vinha sendo adotada anteriormente pelo Itamaraty, pautada pela aproximação com os países não-alinhados e socialistas, no objetivo de diminuir a dependência do Brasil em relação aos EUA. Para a opinião anticomunista, não havia argumento que justificasse uma abertura na direção dos soviéticos, considerados inimigos viscerais. Quando se anunciou o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, em

⁹ *Apud* PINTO, *Op.cit.* (1964), p.221. Secundando a posição dos chefes militares, o periódico *Maquis* manifestou-se também contrário à posse: “Jango representava (e representa) a porta aberta para o comunismo (...)”. *Maquis*, nº 221, set./1961, p.9.

¹⁰ Este foi um dos fatores a motivar os oficiais rebeldes da Força Aérea que, em 1959, se levantaram contra o governo de J. Kubitschek e ocuparam a base de Aragarças, numa região isolada do centro-oeste. Dizia o manifesto dos militares rebeldes: “(...) os adeptos do comunismo, infiltrados nos mais variados setores, dentro e fora da administração pública, procuram tirar o máximo benefício da situação de miséria e de fome das populações, para implantar o seu regime, de escravização do ser humano”. *Apud*, CARNEIRO, *Op.cit.* (1965), p.526.

novembro de 1961, a reação foi forte. Além do surto terrorista, já analisado anteriormente (capítulo 5), o reatamento desencadeou uma série de protestos contra o governo.

O ato enfureceu ainda mais a opinião anticomunista por ter sido anunciado às vésperas da comemoração da “Intentona”, o que foi interpretado como uma provocação dos comunistas (“Estranha forma de reverenciar as vítimas do comunismo em 35”¹¹). A escolha do momento pode não ter obedecido a intenções provocativas, mas foi sem dúvida demonstração de falta de habilidade política. Os anticomunistas sentiram-se afrontados, o que facilitou a mobilização. As manifestações de alguns jornais de grande circulação, contrárias ao reatamento¹², bem como o protesto da hierarquia católica, contribuíram para insuflar a reação conservadora.

A crise conferiu à celebração de 27 de novembro um brilho que há muitos anos não se via. Os setores conservadores da grande imprensa e os periódicos anticomunistas trataram de recuperar velhas representações sobre a “madrugada de sangue”, e a população foi convocada a participar das festividades e demonstrar “(...) seu repúdio ao comunismo”¹³. As fotografias publicadas pela imprensa registraram o comparecimento de uma pequena multidão à cerimônia oficial, emprestando-lhe um caráter de manifestação política como há tempos não ocorria. Alguns manifestantes marcaram seu protesto com uma vaia ao Chanceler San Tiago Dantas, artífice do reconhecimento diplomático da URSS. Outros gritaram em coro “abaixo a Rússia”. Entretanto, a figura do Presidente Goulart, que também compareceu à celebração no Mausoléu, foi preservada, pelo menos neste momento¹⁴.

Considerando uma afronta a participação, na tradicional celebração dos mortos da “Intentona”, dos homens do governo responsáveis pelo reatamento, um grupo anticomunista resolveu boicotar a solenidade oficial e realizar uma atividade paralela. Comandado por uma entidade chamada Liga Feminina Anticomunista o grupo fez um

¹¹ *O Globo*, 24/11/61, p.1. Outra manchete, na mesma edição: “Repulsa e agitação na Câmara ao anúncio do reatamento com a URSS”.

¹² Além de *O Globo*, *O Estado de São Paulo* também foi contra. Mas, alguns jornais importantes como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* apoiaram o governo, evidência de que a frente anticomunista ainda não havia sido estabelecida.

¹³ *O Globo*, 25/11/61, p.1. Trecho de manchete conclamando o povo a comparecer à cerimônia junto ao Monumento.

comício na Praça do Congresso, na seqüência dirigindo-se em passeata ao Itamaraty, onde protestou contra o governo¹⁵. Duas semanas depois, a mesma entidade organizou novo comício de protesto, agora em Ipanema, que contou com a presença de dois deputados¹⁶.

No decorrer da gestão presidencial de Goulart, as relações diplomáticas do Brasil foram objeto de constantes diatribes anticomunistas, motivadas pela continuidade da política independente. No início de 1962, pouco tempo após ter passado a crise provocada pelo reatamento com a URSS, as atenções voltaram-se para o posicionamento do Itamaraty frente a Cuba. O governo norte-americano vinha empenhando-se em mobilizar os Estados membros da OEA (Organização dos Estados Americanos) numa ofensiva para isolar diplomaticamente o país caribenho. O objetivo dos EUA era expulsar Cuba da OEA e estabelecer um bloqueio econômico. Eventualmente, havia a intenção de promover uma intervenção internacional para retirar Fidel do poder. A diplomacia brasileira se constituiu num obstáculo às pretensões norte-americanas, à medida que não aceitava a expulsão de Cuba da OEA e, muito menos, a possibilidade de intervenção armada. O governo brasileiro não pretendia romper com os EUA, mas também não aceitava dobrar-se às pressões de Washington¹⁷.

As posições diplomáticas de Goulart, até certo ponto simpáticas a Cuba, indignaram os grupos anticomunistas, como seria de se esperar. Eles desejavam que o Brasil apoiasse a ofensiva norte-americana de erradicar o comunismo do continente, e interpretaram a posição do governo *Jango* como indício da influência comunista sobre o Presidente. A polêmica vigorou principalmente no decorrer de 1962, quando tiveram lugar encontros internacionais dos Chanceleres dos países americanos para discutir a situação cubana.

O momento mais tenso se deu em fevereiro, quando se realizava uma das conferências de Punta del Este. Os representantes brasileiros votaram contra a expulsão de Cuba da OEA, provocando ruidosas manifestações anticomunistas. No dia 10 daquele

¹⁴ *Manchete* (9/12/61, pp.16-18) publicou uma boa cobertura da cerimônia, que segundo sua estimativa reuniu cerca de 5 mil pessoas.

¹⁵ *Maquis*, nº 232, dez./1961, p.25.

¹⁶ Raul Brunini e Gladstone Chaves de Melo. *O Globo*, 11/12/61, p.5.

¹⁷ Cf. QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e o Brasil: da Revolução ao Golpe* (1959-1964). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

mês, os jornais cariocas noticiaram a realização de um comício de protesto em frente ao Teatro Municipal, que teria reunido de 1.500 a 2.000 pessoas. As entidades promotoras do evento, onde se gritaram muitos *slogans* contra Fidel Castro e San Tiago Dantas, foram *Centro Cívico do Brasil* e *União Feminina Anticomunista*¹⁸.

Nos meses seguintes, a carga contra a diplomacia brasileira continuou, notadamente através de pressões da grande imprensa. Alguns jornais reclamavam da “leviandade e irresponsabilidade”¹⁹ da política externa, cobrando do governo o abandono do apoio ao regime de Fidel (“Libertar-se de Cuba”²⁰). Eles entendiam que a postura simpática a Cuba estaria ocasionando choques com o governo dos EUA prejudiciais aos interesses do Brasil. A partir de meados de 1963, o assunto cubano começou a esfriar, em decorrência da estabilização da situação internacional. Os grupos conservadores, porém, continuaram a denunciar a influência “comunista” nas ações do Itamaraty²¹.

OS ANTICOMUNISTAS SE ORGANIZAM

Um dos desdobramentos mais relevantes da conjuntura, ameaçadora do ponto de vista conservador, foi a proliferação de organizações anticomunistas. Amedrontados pela impressão de que os inimigos estavam se fortalecendo - influência cubana, crescimento das esquerdas, ascensão de Goulart - os grupos comprometidos com o anticomunismo começaram a se organizar. Nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964, uma miríade de entidades anticomunistas se estruturou, compondo um número difícil de precisar. Elas surgiram às dezenas, na maioria dos casos experiências efêmeras e que deixaram poucas marcas. O caráter fugaz e a forma como atuaram sugerem a forte impressão de que muitas não passavam de organizações “fantasma”, estruturas que só possuíam nome e meia dúzia de aderentes. Às vezes, a precariedade era tal que a própria denominação não estava bem fixada, aparecendo registros com versões diferentes para a

¹⁸ *Correio da Manhã*, 10/02/62, p.7; e *Jornal do Brasil*, 10/02/62, p.3.

¹⁹ Título do editorial. *O Estado de São Paulo*, 26/10/62, p.3.

²⁰ Título do editorial. *Correio da Manhã*, 22/02/63, p.6.

²¹ Outro episódio a levantar protestos foi o voto do Brasil na ONU favorável à independência das colônias portuguesas. Cf. “Punhalada em Portugal” (editorial). *O Globo*, 3/08/63, p.1.

identificação do mesmo grupo (Liga ou Legião Anticomunista, por exemplo). Provavelmente, a referida proliferação correspondia à tática de aumentar artificialmente a agitação anticomunista, passando a impressão de um vigor maior que o real. Isto não implica em enquadrar todos os grupos na categoria de “artificiais”, pois muitos estavam estruturados o bastante para sobreviver ao tempo e continuar funcionando mesmo após a derrota dos “comunistas”. Seja como for, as organizações anticomunistas em atividade no período contribuíram na formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964.

Ressalte-se, algumas das organizações participantes da campanha anticomunista de 1961-64 tinham sido fundadas anteriormente, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) e o Movimento Por um Mundo Cristão (MMC), por exemplo. Quanto à Cruzada e à TFP, já foram analisadas o suficiente. A LDN participou da campanha anticomunista pós-1935, como já foi referido. Em 1962, encontramos-a sob direção de um oficial da Marinha, novamente devotada à luta contra os comunistas. Teve destaque nas comemorações da “Intentona” transcorridas naquele ano²². O MMC era um grupo religioso surgido em Belo Horizonte, em 1956. Combatia o modernismo de um modo geral, identificado tanto nas idéias marxistas quanto nas mudanças de comportamento. Mas, a partir do início dos anos 60, o anticomunismo tornou-se sua preocupação maior, ocupando o centro das atividades de propaganda do grupo²³.

No que se refere às entidades surgidas na década de 1960, mencionemos em primeiro lugar algumas das experiências efêmeras. Logo no início da gestão Goulart apareceram grupos organizados para protestar contra a política externa, como as há pouco mencionadas Liga Feminina Anticomunista, União Feminina Anticomunista e Centro Cívico do Brasil. Na seqüência da radicalização conservadora e anticomunista surgiram outros grupos, como o Movimento Democrático Brasileiro, que fez sua aparição durante as eleições de 1962, recomendando ao eleitorado não votar nos responsáveis pela

²² *O Estado de São Paulo*, 23/11/62, p.4.

²³ O MMC, além de editar um jornal (*Por Um Mundo Melhor*), possuía programas de rádio e televisão. Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.216-218. No plano das organizações católicas, destaque-se também o trabalho das entidades continuadoras da tradição dos antigos *Círculos Operários*.

construção do Muro de Berlim²⁴, e a Mobilização Democrática Mineira²⁵, lançada pouco antes do golpe.

Alguns tinham vínculos profundos com os valores cristãos, como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, grupo anticomunista ligado à Diocese de Niterói²⁶, e a Liga Cristã contra o Comunismo, entidade fundada na capital paulista num encontro “(...) que teve a presença de políticos, jornalistas, representantes do clero regular e secular, pastôres religiosos, homens de negócios, representantes da agropecuária, trabalhadores rurais e operários (...)”²⁷. Em certos casos, as organizações criadas eram dirigidas especificamente à conquista dos trabalhadores para a causa anticomunista, como a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL)²⁸, lançada num evento no Maracanãzinho que contou com a presença de Lacerda e do Cardeal Câmara. Mencione-se, também, o Movimento Sindical Democrático (MSD), entidade vinculada a organizações anticomunistas internacionais²⁹.

Certos grupos, tudo indica, tinham como única atividade divulgar propaganda anticomunista. Este era o caso da Cruzada Cristã Anticomunista³⁰ e do Centro Brasileiro da Europa Livre³¹. Outros, ao contrário, preferiam uma atuação mais “aguerrida”, como a Patrulha da Democracia, organização secreta de combate ao comunismo formada à base de núcleos reunindo 15 “democratas”³². Também nesta categoria podemos colocar o Grupo de Ação Patriótica (GAP), composto de estudantes universitários de orientação direitista. Além de dedicarem-se à propaganda anticomunista, os militantes do GAP

²⁴ *O Globo*, 5/10/62, p.3.

²⁵ *O Globo*, 25/02/64, p.6.

²⁶ *Correio da Manhã*, 20/07/62, p.4.

²⁷ Foram eleitos Presidentes de Honra o Cardeal de São Paulo (D. Carlos Mota), o Papa Paulo VI e Plínio Salgado. *O Globo*, 19/02/64, p.1.

²⁸ *O Globo*, 15/05/61, p.4 e *Jornal do Brasil*, 15/05/61, p.1. A REDETRAL participou de várias manifestações anticomunistas nos dois anos seguintes.

²⁹ O MSD era ligado à ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores). Cf. FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.95.

³⁰ Responsável pela distribuição de obras anticomunistas norte-americanas, traduzidas. Exemplo: SCHWARZ, Fred. *Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo!)*. São Paulo: Dominus, 1963. No carimbo aplicado aos livros só constava o nome da entidade e uma caixa postal na cidade do Rio de Janeiro.

³¹ *O Globo*, 25/03/62 (Encarte).

³² *Jornal do Brasil*, 26/02/64, p.4. O grupo provavelmente era uma resposta aos Grupos de Onze organizados por Brizola.

envolveram-se também com contrabando de armas e participaram de conflitos de rua. Aparentemente, os rapazes do GAP colaboravam com o grupo terrorista MAC, o qual como vimos, teve atuação destacada entre o final de 1961 e inícios de 1962³³.

A mobilização anticomunista, como não poderia deixar de ser, envolveu também os meios parlamentares. Em maio de 1961, portanto ainda durante a gestão Jânio Quadros, foi estruturada a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Seu objetivo era agregar os políticos em torno da bandeira anticomunista, como deixa claro o manifesto de fundação:

Assinam este documento parlamentares que no campo ideológico se orientam pelo princípio: “Anticomunista sempre, reacionário nunca”. Não admitem a cortina de fumaça da adjetivação com que se procura deturpar a democracia. (...) Na luta travada entre a democracia e o comunismo não há lugar para os indecisos, os acomodatórios, os “pacifistas”, os “neutralistas” - inocentes-úteis ou criptocomunistas. A hora é de atitudes corajosas, claras e decisivas³⁴.

Em poucos dias, mais de cem parlamentares federais deram sua adesão à ADP, numa demonstração de que a disposição anticomunista já era forte antes da ascensão de Goulart à Presidência. No decorrer do governo *Jango* a liderança da ADP se radicalizou ainda mais, configurando-se num dos bastiões da mobilização conservadora que levou ao golpe militar.

Um exemplo interessante da influência de entidades anticomunistas internacionais na conjuntura nos é fornecido pelo Rearmamento Moral (RM). A organização, sediada nos EUA, se propunha a fazer uma campanha global contra o comunismo, à base do fortalecimento de valores morais e éticos (honestidade, pureza, altruísmo, amor). Apareceu no Brasil no início de 1961, quando tornou público um manifesto apresentando suas propostas. As principais adesões ao Rearmamento Moral no país foram conquistadas em meio à alta oficialidade militar, com destaque para o Marechal Juarez Távora. Num texto distribuído gratuitamente como encarte de *O Estado de São Paulo*, Távora resumiu o ponto de vista do movimento:

³³ Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.209 e 210.

³⁴ “Parlamentares unem-se contra o comunismo!” *O Globo*, 17/05/61, p.1.

A escolha hoje é entre a tirania brutal do comunismo, o suicídio coletivo por meio da guerra atômica, ou o renascimento global através do Rearmamento Moral. O comunismo jamais vencerá. Nosso destino é unir nossa nação e dar ao mundo o Rearmamento Moral. Essa é a solução final³⁵.

Além da propaganda através da imprensa, o RM se empenhou em organizar encontros massivos em algumas das principais cidades brasileiras. No segundo semestre de 1961 foram organizados conclaves no Nordeste (Recife, Fortaleza e Natal) e no Rio de Janeiro, no Estádio Maracanã. Segundo os setores da imprensa que simpatizavam com a causa, os eventos reuniram milhares de pessoas. Além dos tradicionais discursos dos líderes, a programação incluía formas de comunicação de massa mais modernas. A platéia assistia a filmes de conteúdo anticomunista, produzidos pelo RM, como “Homens do Brasil” e “Experiência culminante”. No primeiro caso, tratava-se de uma história sobre a “infiltração” comunista entre os trabalhadores portuários. Outra peça de destaque da campanha era uma apresentação teatral, *O Tigre*. O drama tinha como tema uma revolta estudantil ocorrida em Tóquio, poucos anos antes. A peça teatral sustentava que o episódio teria sofrido manipulação comunista e denunciava as formas de atuação dos “vermelhos”³⁶.

A participação feminina constitui aspecto decisivo para se compreender o surto anticomunista dos anos 60. Várias entidades anticomunistas femininas foram criadas na conjuntura, tendo importância central nas mobilizações que levaram ao golpe militar. Tratou-se de um fato inovador na política brasileira, que até então tinha pouca tradição de participação feminina. Mas, se a presença feminina na política representava novidade, o mesmo não pode ser dito do conteúdo das propostas defendidas. As mulheres foram mobilizadas contra o comunismo em nome da defesa da ordem tradicional: família, religião e propriedade³⁷. Organizaram-se para defender e conservar os valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 12/08/62. Este jornal e *O Globo* foram os veículos da imprensa a oferecer a melhor acolhida ao movimento, cujas atividades divulgaram com generosidade e simpatia.

³⁶ *O Globo*, 25/05/61, p.1 e 4/07/61, p.2. Curiosamente, o RM parece ter sumido, após um começo relativamente auspicioso (no que tange à publicidade). A partir do segundo semestre de 1962 não se encontram mais notícias de suas atividades. É possível que as reticências dos meios católicos, que tendiam a ver no RM um concorrente espiritual, tenham lhe trazido dificuldades. Cf. SCHOOYANS, *Op.cit.*, pp.46 e 47.

participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente. É verdade que as lideranças provinham das classes médias e altas, mas isto não diminui a importância do fenômeno. As organizações de mulheres conferiram um apelo especial à mobilização conservadora, pois fortaleceram a impressão de que a sociedade como um todo estava se levantando contra o comunismo. A força simbólica desta presença feminina era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família.

Entre 1962 e 1964 várias entidades femininas surgiram nos principais estados brasileiros, todas tendo no anticomunismo a motivação maior: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE - Guanabara), União Cívica Feminina (UCF - São Paulo), Movimento de Arregimentação Feminina (MAF - São Paulo), Liga da Mulher Democrática (LIMDE - Minas Gerais), Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG - Rio Grande do Sul) e Cruzada Democrática Feminina (CDF - Pernambuco)³⁸. Algumas destas organizações tiveram caráter efêmero, funcionando durante a crise e desaparecendo na sequência da derrubada de Goulart. Outras, porém, continuaram existindo no decorrer dos primeiros anos do regime militar, tentando influenciar o governo e ainda empenhadas na luta anticomunista.

Ficaram para o final as entidades mais importantes e influentes do período, que desempenharam o papel de induzir a estruturação de novos grupos anticomunistas. Referimo-nos ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IBAD surgiu primeiro, em 1959, tornando-se conhecido do público graças à revista *Ação Democrática*. Através deste periódico mensal, a organização começou seu trabalho de proselitismo anticomunista, objetivo principal já evidenciado nos primeiros números:

A sorte está lançada. Ou o comunismo, aqui como alhures, encontra oponentes à altura (...) ou o comunismo irá cada vez mais conquistando terreno. Então, um dia que poderá estar

³⁷ SIMÕES (*Op.cit.*) chamou atenção para esta situação, até certo ponto paradoxal. Seu trabalho apresenta uma análise interessante sobre a participação feminina na agitação política que precedeu o golpe de 1964.

³⁸ SIMÕES, *Op.cit.*, pp.29-36.

próximo, ou talvez distante, acordaremos com a grande surpresa: teremos deixado de ser uma nação livre para ser uma segunda Hungria³⁹.

Praticamente todo o conteúdo da revista se dedicava a atacar o comunismo, seja no plano externo, seja no interno. Ela trazia, principalmente, matérias apontando a “infiltração” no Brasil (sindicatos, UNE) e denúncias sobre as ações soviéticas no mundo. A intenção do grupo era chamar a atenção das classes dominantes brasileiras para o “perigo comunista”, convencê-las da necessidade de se organizar para enfrentar um inimigo que estaria se tornando cada vez mais ameaçador:

É preciso que as elites despertem. É preciso que os homens de valor, os homens de responsabilidade se unam em defesa do que temos de mais caro aos nossos corações, em defesa da pátria ameaçada. Porque, em última análise, é o Brasil enfêrmo, é o Brasil atacado de comunosite perniciososa que reclama, neste instante, a atenção dos seus verdadeiros filhos (...)⁴⁰.

O apelo do IBAD, feito em 1959, não foi atendido de imediato. Mas, a partir de 1961, os homens do IBAD, liderados pelo controverso e até certo ponto misterioso Ivan Hasslocher, tiveram motivos para comemorar. A crise que emergiu com a ascensão de Goulart lançou as condições para a reação anticomunista, tão almejada pelo grupo. De qualquer modo, se é que houve euforia, ela não durou muito. Logo, o IBAD se viu frente a uma polêmica que levaria à sua proscrição.

A atuação da entidade despertou a atenção dos contemporâneos, pois havia fortes indícios de envolvimento com organizações estrangeiras. Um dos elementos a causar maior espécie era a visível riqueza do IBAD. A revista, composta em material caro, tinha tiragens muito altas e distribuição gratuita. No auge, chegou-se a tirar mais de 200.000 números de *Ação Democrática*. A participação da organização na campanha eleitoral de 1962 levantou ainda maior suspeita, pois foram gastos alguns milhões de dólares no financiamento a candidatos anticomunistas. Preocupados, os grupos progressistas conseguiram criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso, para investigar o IBAD. Como os dirigentes responsáveis não conseguiram explicar a origem do dinheiro, consolidaram-se as suspeitas de que o IBAD era sustentado por grupos

³⁹ Trecho do editorial. *Ação Democrática*, nº 2, jul./1959, p.1.

estrangeiros⁴¹. Os resultados da CPI não foram conclusivos, já que muitos parlamentares conservadores tentaram bloquear os trabalhos. Mas a entidade foi fechada mesmo assim, através de Decreto baixado pelo Presidente Goulart⁴².

O IPES surgiu cerca de dois anos após o IBAD, em meados de 1961. Foi constituído por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais estavam temerosos com o crescimento da esquerda, em geral, e especificamente com a ascensão de Goulart. Os objetivos iniciais do grupo se resumiam a propagandear os ideais liberais e democráticos, notadamente as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo e o estatismo. Para tanto financiaram publicações⁴³, distribuíram encartes através da grande imprensa⁴⁴ e organizaram palestras. Mas, desde o início, alguns elementos filiados ao IPES se dedicaram a conspirar pela derrubada de *Jango*, para tanto estocando armas⁴⁵ e fazendo contatos na área militar. Além disso, sob iniciativa da organização, foi estruturado um serviço de informações para acompanhar os passos dos inimigos esquerdistas⁴⁶.

A atuação conjunta das duas entidades, IPES e IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além do suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda financeira aos grupos menores. Sua atuação fomentou o surgimento de grupos anticomunistas em diversos setores sociais, notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores⁴⁷. Esta característica permitiu a alguns autores chamá-los “Estado Maior” da campanha antiGoulart, ou *holding*, de acordo com uma versão mais irônica. Apesar de existirem

⁴⁰ *Ação Democrática*, nº 5, out./1959, p.1.

⁴¹ Segundo alguns autores o IBAD atuava sob a direção da CIA, que coordenava o envio de dinheiro vindo do exterior. Cf. BANDEIRA, *Op.cit.* (1977), pp.67-69. À época foi publicado um libelo contra o IBAD, de autoria de um político ligado ao grupo *janguista*: DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla de corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

⁴² Junto com o IBAD foi fechada também a *Ação Democrática Popular* (ADEP), entidade que participou da operação de financiamento aos candidatos anticomunistas. *O Globo*, 3/09/63, p.1.

⁴³ DREIFUSS realizou um levantamento exaustivo das publicações (livros, revistas, panfletos) financiadas pelo IPES. *Op.cit.*, pp.653-655.

⁴⁴ Exemplo: no início de 1962, o IPES distribuiu através dos grandes jornais um encarte chamado “Cartilha para o progresso: como se faz uma revolução sem sangue”. *O Globo*, 26/03/62.

⁴⁵ SILVA, *Op.cit.* (1975), pp.253-259; e DREIFUSS, *Op.cit.*, pp.163-165.

⁴⁶ Trabalho coordenado pelo Gal. Golbery do Couto e Silva, que em 1965 seria responsável pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). DULLES, *Op.cit.*, (1970), pp.188-190.

⁴⁷ Para uma análise mais detalhada ver DREIFUSS, *Op.cit.*, pp.294-318.

polêmicas sobre o real papel desempenhado pelo “complexo IPES/IBAD” na deflagração do golpe, não há como negar sua importância no desencadeamento da onda anticomunista que levou à derrubada de Goulart.

REPRESENTAÇÕES

A principal atividade desempenhada por este conjunto de organizações⁴⁸, esforço que contou com apoio e simpatia de setores da grande imprensa, foi propagandar o anticomunismo entre a sociedade. Em grande medida, as representações anticomunistas divulgadas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930. Assim, temas clássicos do repertório anticomunista foram recuperados, como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado. A permanência no tempo de um conjunto básico de representações anticomunistas permite-nos afirmar que se estruturou uma tradição anticomunista na sociedade brasileira. Entretanto, isto não implica em supor que os argumentos e imagens utilizados em 1964 tenham sido idênticos aos de 1937. Há diferenças e especificidades significativas a apontar.

As denúncias sobre o “inferno soviético”, por exemplo, tenderam a falar menos da violência (fuzilamentos, tortura, etc), que foi o tom dominante no período anterior, embora a referência a atrocidades não tenha desaparecido de todo. Na década de 1960, as críticas tenderam a concentrar-se na tentativa de mostrar o modelo comunista como frágil no aspecto econômico e deficiente no plano social. Questionava-se, por exemplo, a pobreza existente na URSS e a falta de conforto decorrente (“a mulher russa ignora as amenidades da vida”⁴⁹), bem como a ineficiência da economia soviética⁵⁰. Uma novidade

⁴⁸ Mencionamos os grupos anticomunistas mais importantes com atuação na conjuntura, mas não todos. No início de 1964 surgiram entidades às dezenas nos municípios brasileiros, especialmente nas regiões onde havia conflito pela posse de terras. Muitas destas organizações receberam a denominação de “Ligas Anticomunistas”. Cf. *Estado de Minas*, 12/03/64, p.15.

⁴⁹ *O Globo*, 13/07/61, p.2

importante foi a entrada em cena de outros países comunistas, elemento inexistente nos anos 30. Cuba adquiriu especial relevo no contexto, atacada violentamente devido à política de “descristianização” e à prática de fuzilar os opositores (o *paredón*).

Algumas imagens tradicionais perderam força na “segunda onda anticomunista”, como a demonização e a apresentação dos revolucionários como indivíduos estrangeiros, recém-chegados ao Brasil. O demônio continuou povoando o imaginário anticomunista (como na *charge* da FIG.2), mas suas aparições diminuíram muito em intensidade. Na conjuntura dos anos 1960, também é visível uma mudança nas representações sobre a “ameaça estrangeira”, notável principalmente no que tange ao fenecimento do anti-semitismo e da xenofobia. O comunismo continuava uma “planta exótica”, só que agora o perigo era associado, essencialmente, ao imperialismo soviético.

Ainda no que se refere à continuidade das tradições, uma questão significativa a mencionar são as representações em torno da “Intentona”. O tema permaneceu central no discurso anticomunista, fornecendo um rico repertório de imagens negativas a serem identificadas com o comunismo⁵¹. Após a ascensão de Goulart, a cerimônia do culto aos mortos de 35 recuperou a antiga força simbólica. Nas três edições da solenidade do “27 de novembro” transcorridas durante seu mandato, em 1961, 1962 e 1963, ocorreram manifestações e protestos. Entretanto, a exploração propagandística do tema não se restringiu à data em que transcorriam as comemorações. O mote era muito bom para não ser usado em outras ocasiões. No início de outubro de 1961, por exemplo, *O Globo* publicou uma matéria atacando Luiz Carlos Prestes. Para ilustrar o caráter maléfico da doutrina representada por Prestes foi estampada, ao lado do texto, uma foto. O instantâneo mostrava uma cena pungente: duas crianças, com expressão triste, junto a uma lápide. Dizia a legenda:

As crianças da foto - batida na época - ficaram na orfandade e aí estão diante do túmulo do pai, que tombou pelo Brasil. Muitas outras ficaram órfãs, também. E muitas mais poderão

⁵⁰ O diário da família Marinho publicou, em agosto de 1962, uma série intitulada “Um engenheiro brasileiro na Rússia”. As reportagens atacavam as realizações materiais da URSS, pintando um quadro de ineficiência e atraso.

⁵¹ Exemplos das representações sobre a “Intentona” nos anos 60 já foram citados nos capítulos anteriores. Consideramos desnecessário repeti-los.

ficar, se não houver uma resistência firme e enérgica de todo o País aos que pretendem tomá-lo de assalto a serviço de Moscou⁵².

Curiosamente, o Presidente acusado de cumplicidade com os comunistas não deixou uma só vez de comparecer à celebração oficial realizada aos pés do Monumento. Fazia-o por necessidade de cumprir o protocolo, ou para dar mostras de repúdio ao comunismo. O fato é que sua presença irritava os anticomunistas radicais, a ponto de terem boicotado mais de uma vez a cerimônia. No final de 1963, chegaram a ser organizadas festividades de vulto para concorrer com a programação oficial. No Rio de Janeiro, personalidades de relevo do mundo político, religioso e militar participaram de uma manifestação na Praia Vermelha, sob a liderança do Governador Carlos Lacerda. O ato foi preparado com bastante antecedência, convocado através de matérias pagas nos jornais. Entre as entidades signatárias da convocação encontravam-se a CAMDE, a LDN, os Clubes Militar e Naval, entidades religiosas (Congregações Marianas e Círculos Operários) e empresariais (Associação Comercial, Federação das Indústrias etc)⁵³. Segundo a imprensa, cerca de 2.000 pessoas compareceram. Em São Paulo, a UCF e o MAF organizaram manifestação semelhante, com uma missa na Catedral da Sé seguida de ato político no Teatro Municipal⁵⁴.

No que tange às representações anticomunistas da conjuntura é importante destacar as mudanças operadas no papel desempenhado pela religião católica. Comparando a década de 1960 com a de 1930, a influência do imaginário católico diminuiu um pouco. A primeira onda anticomunista foi marcada pelo fortalecimento da ortodoxia católica, tendo inclusive havido perseguições a cultos e “seitas” não tolerados pela Igreja Romana (espiritismo e maçonaria, por exemplo). Nas representações maniqueístas da época, o catolicismo assumiu o papel de principal força do “bem” a opor-se ao comunismo “maléfico”.

Na década de 1960, observa-se uma mudança significativa: a ortodoxia católica foi substituída por uma espécie de ecumenismo anticomunista. Igrejas cristãs reformadas,

⁵² *O Globo*, 2/10/61 (edição noturna), p.1.

⁵³ *Correio da Manhã*, 26/11/63, p.3. Significativamente, durante o regime militar o Monumento aos mortos da “Intentona” foi transferido para a Praia Vermelha, local que passou a sediar as comemorações oficiais.

⁵⁴ *O Globo*, 26/11/63, p.11.

judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período. A própria hierarquia católica contribuiu para isto, à medida que líderes influentes, como o Cardeal Câmara, deram declarações públicas a favor da “(...) união das Religiões contra o comunismo”⁵⁵. A época não comportava um posicionamento uníssono e ortodoxo em matéria religiosa, elemento que combinou bem com o ambiente semifascista e ditatorial da fase anterior. Por outro lado, era uma estratégia inteligente deixar as portas abertas para tentar atrair fiéis de todos os credos para a “frente anticomunista”. Além do mais, a postura ecumênica fortalecia a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo.

O melhor exemplo do fenômeno se deu na organização das “Marchas com Deus”, em março e abril de 1964. Pastores e rabinos participaram, ao lado dos padres, na preparação das Marchas em São Paulo e no Rio de Janeiro⁵⁶. A disposição em não restringir a mobilização a um só grupo se evidenciou na referência a “Deus” e não a “Cristo”. Significativamente, o texto de convocação para a Marcha do Rio dizia que os comunistas “(...) preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos (...)” e terminava com a chamada: “Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas!”⁵⁷ Naturalmente, a Igreja católica ocupou papel dominante no cenário, devido a seu tamanho e influência tradicional. Mas, ainda assim, o que ocorreu em 1964 representa um contraste enorme com as conjunturas anteriores. Na década de 1930, sequer passava pela cabeça das elites dirigentes aceitar a manifestação de religiões não católicas, especialmente as não cristãs, que para muitos davam guarida aos comunistas.

A Igreja católica, de fato, estava mudada nos anos 60. A própria disposição tradicionalmente anticomunista do clero começava a ser abalada pelo surgimento de tendências renovadoras no interior da instituição. Grupos criados sob influência do apostolado leigo, como a AP, aproximaram-se das posições esquerdistas e até aliaram-se a comunistas em determinadas atividades. Muitos católicos reformistas passaram a

⁵⁵ Discurso transmitido pelo programa radiofônico “Voz do Pastor”. *O Globo*, 12/06/61, p.1.

⁵⁶ “Os paulistas vão promover a ‘Marcha da Família com Deus’ contra a comunização do país”. *O Globo*, 16/03/64, p.4. Alguns dias depois, o mesmo jornal noticiou que uma entidade umbandista iria participar da Marcha no Rio de Janeiro (31/03/64, p.2).

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 26/03/64, p.1.

considerar o comunismo problema secundário, frente à enormidade das mazelas sociais do país. Para alguns, a realização de reformas sociais era mais importante que combater os revolucionários. Devido a esta razão, a Igreja não apresentou em 1964 o antigo empenho uniformemente anticomunista. Não é que ela estivesse “infiltrada” por comunistas, como os radicais denunciavam. A hierarquia continuava repudiando o sistema marxista como sempre fizera, por considerá-lo incompatível com a religião. Mas, não havia unanimidade em relação ao risco supostamente representado pelo governo Goulart, cujas iniciativas reformistas, por sinal, recebiam apoio de influentes prelados⁵⁸.

Embora a mobilização anticomunista tenha encontrado a Igreja dividida, isto não impediu que os setores eclesiásticos conservadores, provavelmente majoritários na época, empenhassem-se a fundo na campanha. Numerosos religiosos se destacaram, fazendo declarações, publicando material⁵⁹, participando de eventos, ocupando espaços na mídia etc. Uma das manifestações católicas mais ruidosas do período foram as “Cruzadas do Rosário”, capitaneadas pelo padre norte-americano Patrick Peyton que, entre 1962 e 1964, esteve no Brasil várias vezes⁶⁰. Os eventos preparados por Peyton contaram com grande cobertura da imprensa e atraíram centenas de milhares de pessoas, que compareciam para ouvir a pregação em defesa da família e contra os perigos do comunismo.

A “cruzada” do pároco *yankee* ajudou a divulgar um símbolo que teve papel de relevo nas mobilizações anticomunistas daqueles anos, o rosário. Símbolo da devoção e da religiosidade populares, o rosário (ou o terço) foi brandido por militantes católicos em algumas manifestações, principalmente nos conflitos ocorridos em Belo Horizonte no início de 1964 e nas “Marchas com Deus”. O rosário remetia às representações construídas em torno de Nossa Senhora de Fátima, figura adotada por muitos católicos como protetora ou padroeira da luta contra o comunismo. Ambas construções simbólicas,

⁵⁸ MAINWARING, *Op.cit.*, pp.76 e 77.

⁵⁹ Um exemplo curioso: em junho de 1961 o Cardeal Mota, de São Paulo, distribuiu uma oração anticomunista, que deveria ser rezada nas igrejas subordinadas à arquidiocese. Trechos: “Bem sabeis, do alto da Vossa glória, da insidia e do ataque e da destruição que o comunismo prepara para turbar a paz dos povos, para confundir as nações que ostentam a primazia e a grandeza do Vosso Santo Nome! (...) Vós, que sois o Senhor dos Exercitos, contende as hordas dos malignos, dos usurpadores, dos vesanicos, dos incréus, dos malvados!”. *Estado de Minas*, 22/07/61, p.1.

⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 19/06/63, p.6. Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.236-238.

Fátima e o rosário, animaram a fé dos crentes e ocuparam posição destacada no imaginário anticomunista católico dos anos 60.

A oposição entre “comunismo” e “democracia” foi outro elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos anticomunistas se denominaram democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao governo Goulart. A tendência se devia, em parte, a uma tentativa de identificação com os valores do mundo ocidental, quer dizer, com os EUA⁶¹. Por outro lado, a expressão possuía a vantagem de oferecer apelo mais amplo e até certo ponto neutro, efeito que não seria alcançado se os inimigos do comunismo fossem identificados como “católicos”, por exemplo. Como já se disse, a religião, embora continuasse forte, não ocupava mais a posição preponderante de outros tempos.

Em grande medida, “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo. Aliás, a falta de compromisso da frente anticomunista com a democracia efetiva ficou patente nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964. No entanto, seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada. Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de *Jango*. Por outro lado, alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do suposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada.

Enfim, as representações presentes no surto anticomunista de 1961/64 eram essencialmente fiéis à tradição, de onde recolheram a maior parte dos argumentos e imagens. Mas havia também muitos elementos novos e características específicas do contexto histórico.

GUERRA DE POSIÇÕES

A campanha contra o comunismo adquiriu ritmo intenso e ininterrupto a partir da ascensão de Goulart, marcada por ações como protestos, comícios e passeatas. Concomitantemente, intensificaram-se as atividades de divulgação. A publicação de material anticomunista aumentou consideravelmente, na forma de folhetos, livros, panfletos, cartazes etc. Os diários conservadores, além da habitual ênfase anticomunista da cobertura jornalística dos acontecimentos políticos, distribuíam material de propaganda adicional na forma de encartes e fascículos. Um livro célebre à época, *O assalto ao parlamento*, narrativa sobre a ascensão dos comunistas ao poder na Tchecoslováquia, saiu em fascículos n' *O Globo*⁶².

Várias editoras dedicaram-se a publicar literatura anticomunista, notadamente traduções de autores estrangeiros. Dezenas de livros vieram à luz neste contexto, a maioria abordando as mazelas dos países comunistas e/ou trazendo ensinamentos sobre os métodos para combater o comunismo. Algumas das obras eram manuais anticomunistas, por exemplo, *Mestres do embuste*, de Edgar Hoover, *Cartilha de comunismo: teoria e prática*, de Moshe Decter e *Em cima da hora*, de Suzanne Labin. Esta autora, por sinal, esteve no Brasil para lançar o livro, oportunidade aproveitada para a realização de uma série de palestras sobre o comunismo e as técnicas para enfrentá-lo⁶³. A influência das idéias de Labin é visível nas mobilizações do período, particularmente sua ênfase na importância de organizar uma rede de “Ligas Anticomunistas” para fazer frente à “ameaça”.

Nos meses iniciais da gestão Goulart, os episódios de mais intensa mobilização do anticomunismo derivaram das reações à política diplomática. Além disso, ocasionalmente, apareciam denúncias sobre a existência de comunistas “infiltrados” no

⁶¹ Num comentário irônico, BANDEIRA afirmou que o rótulo “democrática” era a *trade mark* das organizações anticomunistas brasileiras. BANDEIRA, *Op.cit.* (1973), p.429.

⁶² *O Globo*, 25/06/62 (edição final), p.1.

⁶³ *O Estado de São Paulo*, 2/08/63, p.5 e 17/08/63, p.5.

governo⁶⁴. Mas, durante o primeiro ano de *Jango* na presidência, uma ocasião se destacou como momento de mais forte manifestação anticomunista: as eleições de outubro de 1962. Os setores conservadores se empenharam ao máximo durante o pleito, usando todas as armas para derrotar os candidatos alinhados com as teses “comunistas” e eleger uma maioria “democrata”. O objetivo era evitar a eleição de parlamentares esquerdistas, impedindo assim a constituição de um apoio institucional sólido às propostas radicais. Uma das peças mais notórias da campanha foi um cartaz eleitoral que trazia o desenho de duas crianças, com os dizeres: “Papai: vote num democrata para que eu continue livre amanhã”⁶⁵.

Durante a trajetória do anticomunismo brasileiro, nunca houve uma mobilização eleitoral tão grande quanto em 1962. Muito dinheiro foi usado para fortalecer a campanha dos defensores da causa, principalmente através do IBAD, recursos ao menos em parte provenientes de fontes externas. Os setores conservadores da Igreja católica também se prepararam para intervir nas eleições, fazendo-o através da Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF), entidade que recomendava ao eleitorado católico não votar nos candidatos do P.C. e nem naqueles que “(...) negando serem comunistas, tiveram suas candidaturas lançadas e acintosamente defendidas por elementos comunistas”⁶⁶. Mas os católicos não estiveram sozinhos, lideranças de outras religiões cristãs participaram da campanha eleitoral, avalizando a estratégia de criar uma “frente ecumênica anticomunista”. Poucos dias antes do pleito divulgou-se, no Rio de Janeiro, documento contendo as assinaturas do Cardeal Dom Jayme de Barros Câmara, do Rev. Rodolfo Anders, Secretário-Geral da Confederação Evangélica do Brasil e do Rev. Dumitru Mihaescu, pároco da Comunidade Cristã Ortodoxa do Brasil. Dirigindo-se aos cristãos da Guanabara, os líderes religiosos apelaram aos eleitores para que dessem “(...) seu voto aos candidatos que não (...) representem um esforço ou uma ameaça de implantação do comunismo ou de outra doutrina que torne o homem um escravo em nossa terra”⁶⁷.

⁶⁴ Por exemplo, no final de 1961 foi denunciado com estardalhaço que Raul Ryff, um dos assessores mais próximos ao Presidente, era um antigo quadro do PCB. *Ação Democrática*, nº 30, nov./1961, pp.6 e 7.

⁶⁵ *O Estado de São Paulo*, 8/09/62, p.4.

⁶⁶ *Diário de Pernambuco*, 5/10/62, p.6.

⁶⁷ *O Globo*, 1/10/62, p.1.

Parte da grande imprensa empenhou o peso de sua influência na campanha, ajudando a criar a sensação de que as eleições representavam uma polarização absoluta entre “democracia” e “comunismo”. De acordo com tal visão, estaria em jogo a sorte “do sistema de vida preferido pelos brasileiros”, ameaçado por uma vitória eleitoral dos comunistas e seus aliados⁶⁸. Entre os partidos políticos, o mais decididamente anticomunista, sem dúvida, foi a União Democrática Nacional (UDN). Cerca de dois meses antes das eleições, o diretório nacional do partido expediu uma circular para as bases regionais, contendo orientações programáticas para a campanha dos candidatos. O documento sugeria às candidaturas *udenistas*, enfaticamente, a adoção do anticomunismo como estratégia eleitoral:

Precisamos empunhar decididamente a bandeira do combate aos extremismos, sobretudo o comunismo internacional que pretende transformar nosso país na próxima vítima da escravização soviética, bem como o caudilhismo nacional que lhe serve inconscientemente de instrumento⁶⁹.

No decorrer da disputa, numerosos candidatos fizeram profissões de fé anticomunista, algumas sinceras, outras nem tanto, mas quase todas movidas pelo desejo de tirar benefícios do clima de radicalização política imperante. Várias candidaturas, inscritas em diferentes legendas partidárias, tiveram no anticomunismo seu mote principal. Citemos o exemplo, entre inúmeros outros possíveis, de Gabriel Chaves de Melo, postulante a uma vaga na Assembléia Legislativa da Guanabara. Dizia o “santinho” eleitoral do candidato:

A 7 de outubro se dará a grande opção entre a liberdade e a escravidão, entre o direito de crer em Deus e a obrigação de crer em Kruschew, entre a democracia e o comunismo internacional, escravizador e ateu.

Os comunistas querem fazer no Brasil o que nunca conseguiram em nenhuma parte do mundo: chegar ao govêrno pelas eleições.

Você tem em suas mãos a grande arma que salvará a democracia no Brasil: o VOTO.

(...) votando em

⁶⁸ “Dobradas razões teve o ilustre Deputado Aliomar Baleeiro (...) para afirmar que constituirão as próximas eleições de 7 de outubro uma definição ideológica em que ‘ou a democracia manterá seu domínio robustecendo as bases do sistema de vida preferido pelos brasileiros, ou capitulará ante as hostes esquerdistas, compostas de pelegos espertalhões e de minorias comunistas”. *O Globo*, 28/08/62, p.1.

⁶⁹ “A UDN empunha a bandeira civica da luta contra o comunismo”. *O Estado de São Paulo*, 24/08/62, p.3.

GABRIEL CHAVES DE MELO
1819
PARA DEPUTADO ESTADUAL

“você estará dando um voto a quem já lutou, luta agora e lutará sempre a favor da democracia e contra o inimigo maior, o comunismo, que quer dominar a Guanabara, quer dominar o Brasil, quer dominar o mundo inteiro”⁷⁰.

A abertura das urnas revelou um quadro ambíguo. Conservadores e anticomunistas colheram resultados positivos, como a vitória de Ademar de Barros, em São Paulo, Ildo Menegheti, no Rio Grande do Sul, e a eleição de dezenas de parlamentares alinhados às suas teses. Mas a esquerda também pode comemorar a vitória de Miguel Arraes, em Pernambuco, que teve de enfrentar virulenta campanha anticomunista. Além disso, muitos parlamentares esquerdistas foram eleitos, inclusive o recordista nacional de votos, Leonel Brizola, que concorreu a deputado federal pela Guanabara⁷¹.

Terminada a campanha eleitoral, a mobilização anticomunista esfriou consideravelmente e as atenções voltaram-se para o plebiscito de janeiro de 1963, quando o eleitorado decidiria pela manutenção do parlamentarismo ou retorno ao presidencialismo. Neste ponto, deve-se fazer uma observação importante sobre a postura dos setores conservadores em relação ao Presidente Goulart. Embora temesse as “más companhias” das quais *Jango* se acercava, a maioria conservadora resolveu dar-lhe um voto de confiança e aceitar a volta do presidencialismo. Poucas vozes se levantaram para defender o parlamentarismo, mesmo porque os candidatos em potencial à presidência gostariam de ver o Executivo restaurado em seu poder tradicional. Neste momento, Goulart não era considerado um aliado incondicional e irrecuperável dos comunistas. Significativamente, a mobilização eleitoral anticomunista de outubro de 1962 poupou o Presidente, que por seu turno procurava quebrar as resistências conservadoras e distribuía “afagos” e “acenos” à direita. A observação é interessante por colocar em questão a crença de que a derrubada de *Jango* era um processo inexorável.

⁷⁰ O panfleto foi distribuído junto à edição de setembro de 1962 de *Ação Democrática* (nº 40), periódico cuja redação era dirigida pelo referido candidato.

⁷¹ Ressalte-se, os representantes ligados ao PCB constituíam fração diminuta do total dos candidatos eleitos pela esquerda. Menos de uma dezena dos parlamentares federais eleitos pertenciam ao clandestino PCB. Cf. CHILCOTE, *Op.cit.*, pp.311-327.

É possível que alguns atores do campo conservador tenham estabelecido a estratégia de tentar atrair o Presidente, afastando-o da aliança com a esquerda. Isto explicaria a atitude do jornal *O Globo*, por exemplo, que a princípio recebeu muito mal a ascensão de *Jango* à presidência. Num segundo momento, porém, o diário se reconciliou com Goulart, elogiando-o e considerando-o “(...) uma revelação de comedimento, moderação e prudência”⁷². A aproximação em relação ao Presidente não implicava em transigência com os comunistas, ao contrário, estes continuavam sob fogo cerrado. Os sinais revelavam uma mensagem clara: Goulart gozaria de apoio tranqüilo, desde que a esquerda radical fosse afastada do círculo do poder.

Neste sentido, os primeiros meses de 1963 foram marcados pela expectativa de que, com autoridade e poder plenamente restaurados, *Jango* pudesse governar de modo a desanuviar as tensões. Conservadores e moderados esperavam que o governo enfrentasse os problemas considerados mais sérios: a crise política, derivada principalmente da radicalização à direita e à esquerda, e a crise econômica, identificada em especial com a crescente alta da inflação. Teve curta duração esta “lua-de-mel”, pois em pouco tempo os setores conservadores que depositaram confiança numa saída moderada para a crise se decepcionaram. A trégua começou a ser rompida e os moderados passaram a engrossar o coro dos direitistas radicais, que não haviam reduzido o tom da campanha anticomunista.

A política de “equilibrismo” desenvolvida por Goulart, ou seja, andar na corda bamba entre esquerda e direita, começou a se complicar ainda antes do término do primeiro semestre de 1963. Por um lado, na esfera econômica, as esperanças de estabilização se esvaíram quando se tornou claro o fracasso do Plano Trienal. O ambicioso plano, que pretendia atacar a inflação e ao mesmo tempo alcançar altos índices de crescimento econômico, levantou contra si pressões enormes, inclusive dentro do próprio governo. As medidas antiinflacionárias implicavam em atitudes impopulares, como o fim dos subsídios à importação de trigo e petróleo e arrocho salarial no serviço público⁷³. Atacado pela esquerda e sem resultados positivos a apresentar no momento

⁷² “Olhando o futuro” (editorial). *O Globo*, 12/04/62, p.1. Nesta mesma edição, uma das manchetes principais era “Apelo da Associação Comercial: união nacional em torno de Goulart para as verdadeiras reformas de base”.

⁷³ SKIDMORE, *Op.cit.*, pp.291-296.

inicial de implantação, o plano foi deixado de lado ao mesmo passo em que a inflação disparava.

Mas foi no campo político que os maiores problemas se apresentaram para *Jango*, erodindo a confiança dos setores conservadores conquistada a muito custo. O fracasso da tentativa de pacificação política foi provocado, em parte, pelas crises decorrentes de ações empreendidas por grupos de esquerda próximos ao Presidente. Alguns setores esquerdistas não estavam dispostos a aceitar as oscilações de Goulart e pretendiam tomar iniciativas visando forçar definições mais claras. Não aceitavam pactos com os conservadores e almejavam a adoção de transformações sociais rápidas e radicais. Além disso, devem ser levadas em conta as ambições das personalidades envolvidas, algumas das quais buscavam criar fatos políticos para projetar sua liderança.

Neste contexto, ganhou grande destaque a figura de Leonel Brizola, cujas posturas radicais contribuíram para a elevação da “temperatura” política. O político gaúcho, então ocupando uma vaga na Câmara dos Deputados, se tornou um dos principais expoentes do lema “reformas na lei ou na marra”. A pregação radical de Brizola, levada a cabo em âmbito nacional, deu origem a inúmeras crises. Numa ocasião, falando num evento em Natal, fez uma provocação pessoal ao Comandante local do Exército, General Antônio Carlos Muricy, episódio que quase degenerou em violência⁷⁴.

As ações de Brizola renderam críticas cerradas a ele próprio e ao Presidente, a quem se acusou de tolerar ou mesmo compactuar com as posições políticas do cunhado. O jornalista David Nasser, fiel a seu estilo polêmico, publicou um ataque violento:

Todos temos um doido na família. Jango tem dois na sua. Brizola - e éle próprio. Porque Jango ainda não compreendeu que o cunhado Leonel pode ser o Benjamim de seu govêrno. (...) Todos nós temos um louco na família. Jango está dando ao seu uma caixa de fósforos e um barril de pólvora (...).⁷⁵

O radicalismo de Brizola atraiu sobre si a ira dos anticomunistas, que identificaram no estancieiro gaúcho o mais provável candidato ao papel de “Fidel” brasileiro. Para quem não acreditava na acusação, uma advertência: “Fidel Castro só se

⁷⁴ *O Globo*, 8/05/63, p.1.

⁷⁵ *O Cruzeiro*, 6/04/63, p.4. É interessante mencionar que Nasser também havia apoiado, publicamente, o retorno do presidencialismo.

declarou marxista-leninista depois de estar no poder. Antes, êle havia conseguido iludir até os americanos”⁷⁶.

Do lado conservador, resalte-se, Carlos Lacerda fazia papel semelhante ao do político gaúcho, só que com sinal trocado, ou seja, ocupando a outra ponta do espectro político. Pela mesma época que Brizola começava a fazer suas declarações bombásticas, arrostando o ódio dos conservadores, o Governador carioca fazia ações provocativas contra a esquerda, que o considerava o representante maior da direita. Exemplo da forma como atuou Lacerda na conjuntura, procurando polarizar as atenções e irritar os esquerdistas: no final de março de 1963, o Governador levantou celeuma ao proibir a realização de um Congresso de solidariedade a Cuba, que estava programado para ocorrer no Rio de Janeiro.

Outro foco de crises, elemento a perturbar o sono dos anticomunistas, foi a eclosão de uma onda grevista a partir de meados de 1963. Ressalte-se, numerosas greves haviam ocorrido nos anos anteriores, mas sem a mesma intensidade e constância. Acompanhando as edições dos grandes diários da imprensa pode-se notar a intensificação do noticiário sobre greves a partir de abril⁷⁷ e maio⁷⁸ de 1963. Os movimentos paredistas ocorreram com freqüência durante um ano, até as vésperas do golpe⁷⁹. Naturalmente, houve picos em alguns meses, como em agosto/setembro de 1963, quando várias categorias importantes paralisaram o trabalho ao mesmo tempo⁸⁰. No período houve um notável crescimento da atividade sindical, que envolveu a participação de diversas categorias de trabalhadores como ferroviários, portuários, marítimos, aeronautas, bancários, professores, motoristas, eletricitários, petroleiros, operários dos diferentes setores industriais, entre outras.

Algumas das greves tinham motivação política, notadamente as greves gerais convocadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Além disso, houve algumas

⁷⁶ CALMON, *Op.cit.*, p.38. Mas Brizola não era a única preocupação dos anticomunistas. Em junho, um acontecimento espetacular ocupou a atenção da imprensa. A polícia descobriu um grupo guerrilheiro em preparação no interior do Estado do Rio de Janeiro, liderado por um falso Padre. Junto com o grupo, composto de trabalhadores rurais, foram apreendidas muitas armas. *O Globo*, 22/06/63, p.1.

⁷⁷ “O CGT articula uma nova greve geral no País”. *O Globo*, 11/04/63, p.1.

⁷⁸ Durante o mês estiveram em greve aeronautas, ferroviários e portuários. *Jornal do Brasil*, 26/05/63, p.3.

⁷⁹ Em janeiro de 1964, por exemplo, a Capital Federal ficou sem gás, bondes, telefones e eletricidade. “Greve se intensifica: Rio sem gás”. *Correio da Manhã*, 15/01/64, p.1.

greves de solidariedade, ou seja, às vezes determinada categoria parava para solidarizar-se com a luta de outro grupo de trabalhadores⁸¹, aumentando a sensação de que o país estava acometido de “grevismo”. Mais determinante do que a condução política dos líderes sindicais, porém, era a espiral inflacionária. A rápida deterioração dos salários (em 1963, taxa inflacionária na casa dos 80%) impulsionava os trabalhadores a lutarem por aumentos, colocando-os em situação de acolher positivamente a pregação radical das lideranças.

A opinião anticomunista enxergava os acontecimentos através das lentes da ideologia, que não deixavam margem para dúvida: o surto grevista seria parte da conspiração revolucionária dos comunistas. O fato dos militantes do PCB possuírem sólidas posições na direção do movimento sindical era considerado suficiente para corroborar as teses conspirativas. Já assustados pela intensificação das greves, os conservadores e anticomunistas se defrontaram com novo acontecimento amedrontador em meados de setembro, o levante dos sargentos.

No dia 12 daquele mês, um grupo de sargentos comandou uma sublevação em Brasília, que envolveu algumas centenas de militares. Em poucas horas dominaram pontos estratégicos da cidade, mas o movimento foi debelado no mesmo dia. A motivação imediata dos rebeldes era protestar contra decisão do Supremo Tribunal Federal, que negava aos sargentos a possibilidade de elegerem representantes legislativos. O movimento foi interpretado como um sintoma do crescimento da influência das idéias revolucionárias no Brasil (“A rebelião dos sargentos foi de caráter comunista”⁸²), sinal prenunciador de crises ainda por vir. Responsabilizou-se o governo pelos acontecimentos, acusado de tolerar a “infiltração comunista”, ou seja, permitir a atividade de grupos radicais nas Forças Armadas⁸³.

⁸⁰ *Estado de Minas*, 17/09/63, p.1.

⁸¹ Em outubro de 1963, por exemplo, no Rio de Janeiro, os trabalhadores dos setores de energia e gás pararam o trabalho em solidariedade aos trabalhadores dos transportes. *Correio da Manhã*, 11/10/63, p.12.

⁸² *O Globo*, 18/09/63, p.1.

⁸³ “Basta” (editorial). *Jornal do Brasil*, 13/09/63, p.6. A grande imprensa, de modo geral, reagiu com preocupação ao levante, considerando-o uma evidência da radicalização política em curso. Um jornal, porém, fez uma avaliação otimista que em pouco tempo cairia por terra: “O fracasso da rebelião dos

A CRISE SE AGRAVA

A intensificação das ações políticas comandadas pelos esquerdistas provocou uma forte reação anticomunista. A relativa trégua observada nos primeiros meses de 1963 foi rompida e a campanha contra o comunismo adquiriu tonalidades cada vez mais fortes. A pessoa do Presidente continuou sendo relativamente preservada, ao menos pelos veículos da grande imprensa, mas o governo sofreu ataques violentos por “tolerar” o recrudescimento das atividades “comunistas”. O principal mote da propaganda anticomunista neste momento foi a denúncia da “infiltração”. O tema esteve presente desde o início do governo Goulart, porém, a partir de meados de 1963 passou a receber ênfase até então desconhecida.

Apontou-se a presença comunista em diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal. Os “vermelhos” estariam encastelados nas entidades estudantis, de onde comandavam a participação juvenil nas agitações políticas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) seria o foco maior da atuação dos inimigos e por esta razão mereceu atenção especial da reação anticomunista (“Ponta de lança a sôldo de Moscou”⁸⁴). As atividades “comunistas” na UNE foram denunciadas em especial por Sônia Seganfredo (“A UNE ... tornou-se uma das maiores células do comunismo internacional instalada em nosso território ...”⁸⁵), cujas reportagens receberam calorosa acolhida na imprensa conservadora. Naturalmente, muitas denúncias foram apresentadas sobre o controle dos sindicatos pelos comunistas (“Nôvo organismo comunista ameaça tumultuar São Paulo”⁸⁶), acusados de serem os verdadeiros responsáveis pela escalada grevista.

sargentos proporcionou ao país uma lição confortadora: a democracia é forte no Brasil e ninguém pode contra ela”. *Correio da Manhã*, 15/09/63, p.20.

⁸⁴ Título de editorial que trata da presença comunista na UNE. Foi montada uma CPI no Congresso para investigar as atividades da entidade estudantil. *O Globo*, 28/09/63, p.3.

⁸⁵ SEGANFREDO, Sônia. *Une, instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963. pp.10 e 11. O livro é uma coletânea dos textos jornalísticos da autora.

⁸⁶ Notícia sobre a formação do “Pacto de Ação Conjunta”, idealizado por líderes do CGT para coordenar a atuação de sindicatos paulistas. *O Globo*, 12/10/63, p.1.

No que se refere ao governo federal, elementos ligados ao comunismo estariam enquistados em setores importantes do aparelho de Estado, como o Ministério da Educação, de onde comandariam planos de alfabetização de conteúdo subversivo, bem como desviariam verbas para financiar as atividades revolucionárias da UNE. Além disso, a esquerda era acusada de implantar reformas nos currículos de ensino oficiais, para corromper os jovens com a ideologia comunista:

Já estão reescrevendo a História do Brasil. Daqui a pouco, a nossa História não terá datas nem nomes, nem batalhas, nem episódios. Só terá ideologia - a rígida ideologia totalitária que os comunistas querem impor à juventude⁸⁷.

Denunciava-se, também, que os comunistas estariam presentes no Ministério do Trabalho, notadamente na direção de instituições previdenciárias (“Infiltração comunista no IAPB”⁸⁸), bem como no Itamaraty⁸⁹, nas Forças Armadas⁹⁰ e na assessoria próxima ao Presidente (Casa Civil e Militar⁹¹). Além disso, os comunistas teriam sob controle importantes órgãos da administração direta e indireta: Departamento de Correios e Telégrafos (“Infiltração comunista no DCT”⁹²), Superintendência da Reforma Agrária (“Denunciado desvio de verbas da SUPRA para um esquema de ‘bolchevização’”⁹³) e Petrobrás. No caso da estatal petrolífera, a alegada influência comunista gerou polêmicas acirradas (“A sovietação do Petróleo”⁹⁴) e provocou a constituição de uma CPI no Congresso. A ansiedade causada pela presença esquerdista na Petrobrás devia-se à importância estratégica do controle sobre os combustíveis, no caso de uma eventual conflagração militar.

⁸⁷ Entrevista concedida por Carlos Lacerda, que certamente se referia ao projeto “História Nova” coordenado por Nelson Werneck Sodré e apoiado pelo Ministério da Educação. *Manchete*, 4/04/64, p.22. Embora a publicação seja posterior ao golpe, a reportagem foi realizada anteriormente.

⁸⁸ *Estado de Minas*, 9/01/64, p.1.

⁸⁹ “É para Moscou que caminhamos”. Editorial que analisa a nomeação de Evandro Lins para o Itamaraty. *O Estado de São Paulo*, 22/06/63, p.3.

⁹⁰ “Preocupado o Estado-Maior da Aeronáutica com a infiltração comunista nas Fôrças Armadas”. *O Estado de São Paulo*, 12/07/63, p.7.

⁹¹ Cargos respectivamente ocupados, a partir do final de 1963, por Darcy Ribeiro e pelo General Argemiro de Assis Brasil, ambos tidos como comunistas. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709, *Op.cit.* (vol.2), pp.278 e 279.

⁹² *Estado de Minas*, 25/10/63, p.6.

⁹³ *O Estado de São Paulo*, 12/09/63, p.4.

⁹⁴ Título de editorial. *O Globo*, 8/11/63, p.1. Ver FIG.29.

A crescente deterioração do quadro político e econômico, ao longo de 1963, colocou Goulart em posição muito difícil. O Presidente não conseguia contornar os problemas econômicos, cada vez mais graves, e via a situação política fugir-lhe inteiramente ao controle. A polarização inviabilizou as negociações para a aprovação das “reformas de base” no Congresso, especialmente a agrária⁹⁵. Os setores centristas e anticomunistas aumentavam sua desconfiança em relação a *Jango*, ao mesmo passo que alguns grupos esquerdistas desafiavam sua política conciliadora, confrontando o governo com ações radicais, que por sua vez instigavam as atividades da direita. Em meio a este contexto, Goulart tomou uma medida infeliz, que contribuiu para enfraquecer ainda mais sua posição.

A 4 de outubro, o Presidente enviou ao Congresso pedido de autorização para decretar o Estado de Sítio⁹⁶. A comoção foi enorme e a oposição à medida reuniu quase a unanimidade das forças políticas. O episódio é revelador das dificuldades encontradas por Goulart para manter sua política “equilibrista”. À esquerda e à direita, ninguém entendeu o objetivo do governo, cada lado achando que o Estado de exceção representaria um golpe perpetrado pelo grupo oposto. Vendo-se isolado, o governo não teve alternativa senão recuar e retirar o pedido. A confusão e incerteza reinantes aumentaram o temor dos anticomunistas, cada vez mais preocupados com a movimentação dos setores esquerdistas.

O acúmulo de medo e ansiedade nos campos centrista e conservador resultou numa aproximação com as posições da direita anticomunista. Começaram a surgir apelos em prol da “união sagrada”, ou seja, da constituição de uma frente reunindo todas as forças e grupos contrários à “comunização” do país. Pouco após o malogrado episódio do Estado de Sítio, o deputado João Calmon, um dos diretores dos “Diários Associados”, império jornalístico que por este tempo já possuía canais de rádio e televisão, além dos tradicionais jornais impressos, fez uma declaração pública conclamando os “democratas” a se unirem: “Calmon prega frente única anticomunista”⁹⁷.

⁹⁵ A este respeito ver FIGUEIREDO, *Op.cit.*, pp.113-119.

⁹⁶ *Correio da Manhã*, 5/10/63, p.1.

⁹⁷ *O Estado de São Paulo*, 10/10/63, p.3.

Das palavras, o deputado e empresário das comunicações passou à ação. No final de outubro Calmon articulou, junto com outros grandes grupos jornalísticos, a constituição da “Rede da Democracia”. Atuando em rede os grupos Globo, Diários Associados e Jornal do Brasil⁹⁸, controladores de alguns dos maiores veículos de comunicação do país (jornais, rádio e TV), encetaram uma poderosa ofensiva de propaganda anticomunista. Diariamente, a grande imprensa passou a bombardear a população com matérias que lançavam mão das representações anticomunistas, intensificando campanha que setores direitistas já vinham desenvolvendo há algum tempo.

No entanto, ainda não era o momento de romper definitivamente com Goulart. Desejava-se manter as portas abertas para uma possível recomposição do Presidente com os conservadores:

Mas os democratas - da imprensa, do Congresso, dos Partidos Políticos, de todos os ramos da vida pública - não querem destruir o Presidente. Desejam justamente salvá-lo da destruição planejada pelos vermelhos (...). Mas é preciso que o Presidente João Goulart ajude e fortaleça os setores democráticos, para que estes, de seu lado, o possam auxiliar e salvar⁹⁹.

No final de 1963, pode-se dizer, os setores conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista no meio da sociedade. Mas as condições necessárias à consolidação da “união sagrada” ainda não haviam se apresentado, pois o posicionamento de Goulart não estava claro. A postura do governo tinha importância decisiva, uma vez que os comunistas não eram considerados capazes de tomarem sozinhos o poder. Embora a propaganda anticomunista pintasse um quadro bastante exagerado sobre a extensão da “infiltração”, os grupos conservadores tinham a exata noção de que o P.C. era uma força política minoritária, sem condições de conduzir sozinho uma ação revolucionária vitoriosa. O que realmente temiam era a possibilidade de *Jango* se envolver em algum golpe com apoio dos comunistas, abrindo-lhes o caminho para o poder. Daí a preocupação insistente em afastar o Presidente dos seus amigos da

⁹⁸ *Estado de Minas*, 25/10/63, p.1.

⁹⁹ Trecho do editorial. *O Globo*, 21/10/63, p.1. Mas alguns fizeram advertências ameaçadoras a Goulart, para que não aceitasse entrar em conluios com os comunistas: “(...) dizemos ao Presidente, com singeleza e humildade democráticas - não ouse”. “Subversão por cima” (editorial). *Jornal do Brasil*, 21/11/63, p.6.

esquerda, evitando-se assim que ele representasse um papel semelhante ao de Benes na Tchecoslováquia¹⁰⁰.

A rápida evolução dos acontecimentos produziu, no início de 1964, a intensificação da crise e o surgimento de um quadro propício à solidificação da frente anticomunista. O sinal para que se estreitasse a convergência dos movimentos anticomunista e antiGoulart foi dado na virada do ano, quando o Presidente começou a dar sinais de que finalmente abandonara a política pendular e fizera uma escolha. Em dezembro, Goulart iniciou gestões visando uma reaproximação com os grupos de esquerda, que estavam arredios desde o episódio do Estado de Sítio. Ao mesmo tempo, surgiram boatos sobre uma futura reforma ministerial, com a possibilidade de Brizola vir a ocupar um dos cargos mais importantes, a Pasta da Fazenda ou da Justiça, segundo se especulava¹⁰¹. Analisando as articulações políticas empreendidas pelo governo, no final de 1963, o editorialista de *O Estado de São Paulo* fez uma afirmação terrificante: “É a vitória do sr. Leonel Brizola e a guinada definitiva para a esquerda e ... para o caos!”¹⁰²

Os lances seguintes de Goulart fortaleceram a impressão dos anticomunistas de que o governo tinha optado pela linha radical. No tradicional discurso de fim de ano o Presidente fez um aceno para os esquerdistas, enfatizando seu compromisso com as reformas e lançando críticas ásperas às “estruturas arcaicas” da sociedade brasileira. No mês de janeiro, mais dois movimentos a confirmar a estratégia: o apoio oficial à eleição da chapa comunista na disputa pelo controle da poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI)¹⁰³ e a assinatura do decreto limitando as remessas de lucros. Pela mesma época, fontes do governo informavam que o problema da reforma

¹⁰⁰ PORTO SOBRINHO, *Op.cit.*, p.137. Benes liderou o governo da República Tchecoslovaca após a guerra, que contava com a presença dos comunistas. Paulatinamente, os comunistas foram se fortalecendo e deram um golpe em 1948, retirando Benes do poder. Ele virou o exemplo favorito dos anticomunistas para mostrar os riscos que corriam os políticos progressistas dispostos a transigir com os “vermelhos”. No caso do Brasil, a comparação omitia a ausência de um detalhe importante: o Exército Vermelho não estava às nossas portas. Além disso, a força dos comunistas no governo tchecoslovaco era muito maior que a influência exercida pelo PCB junto a Goulart. *Jango* também era chamado freqüentemente de “Kerenski brasileiro” (SUED, *Op.cit.*, p.98.), uma alusão ao líder socialista que presidiu o governo russo pouco antes da Revolução bolchevique. Kerenski foi acusado, pelos anticomunistas, de ter aberto caminho para a ascensão bolchevista.

¹⁰¹ *Manchete*, 21/12/63, pp.4-6.

¹⁰² “O salto final para a esquerda” (editorial). *O Estado de São Paulo*, 21/12/63, p.3.

¹⁰³ A posição de Goulart na eleição da CNTI provocou o rompimento da cúpula empresarial com o governo. FIGUEIREDO, *Op.cit.*, p.178.

agrária seria enfrentado através de decreto presidencial. Os boatos geraram ansiedade e muitas especulações sobre o teor das medidas em preparação (“Objetivo do decreto da SUPRA: entregar áreas vitais aos comunistas”¹⁰⁴).

A tensão atingiu níveis elevados e, a partir de fins de janeiro, a polarização se acirrou. O anticomunismo tornou-se um movimento forte, envolvendo expressivos segmentos do mundo social e político e abarcando um arco muito mais amplo que os tradicionais grupos da direita radical. Os setores esquerdistas, por seu turno, não arrefeceram suas atividades, ao contrário; alguns elementos consideraram imperioso aumentar a mobilização para fazer frente à ofensiva conservadora. É interessante observar que os dois lados tinham percepções diversas da luta em curso: para a esquerda, tratava-se de um embate opondo nacionalistas e defensores do progresso social aos reacionários, anticomunistas fanáticos e “entreguistas”; na ótica dos antiesquerdistas, a luta era entre os democratas, comprometidos com a salvaguarda da liberdade e da pátria, contra os comunistas e seus aliados populistas e autoritários.

A cronologia da crise mostra uma sucessão de eventos conflituosos e manifestações de radicalismo de ambas as partes, numa escala crescente do final de janeiro ao final de março, com uma breve pausa durante o carnaval, naturalmente. Por volta de 20 de janeiro têm início duas ofensivas importantes do anticomunismo: os protestos contra o Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) e os célebres discursos de Bilac Pinto na Câmara dos Deputados, denunciando a “Guerra Revolucionária”. O encontro da CUTAL estava programado para ocorrer em Belo Horizonte, de 24 a 28 de janeiro. Mas uma série de protestos envolvendo Igreja, políticos e organizações anticomunistas, que não aceitavam a realização na cidade do evento de “cunho nitidamente comunista”¹⁰⁵, convenceram o Governador Magalhães Pinto a transferir o Congresso para Brasília. Durante as manifestações (comícios, panfletagens) consolidou-se a entidade feminina anticomunista LIMDE, que desempenhou papel de destaque nos acontecimentos. A vitória da mobilização

¹⁰⁴ *O Globo*, 14/01/64, p.3.

¹⁰⁵ *Estado de Minas*, 26/01/64, p.1. Para marcar seu protesto contra o “conclave comunista”, o Prefeito de Belo Horizonte, Jorge Carone, decretou luto oficial na cidade.

anticomunista no episódio teve marcante efeito psicológico, dando ânimo aos grupos anticomunistas de todo o Brasil¹⁰⁶.

A ofensiva parlamentar do deputado Bilac Pinto foi igualmente decisiva para aprestar a reação anticomunista. Atuando na qualidade de Presidente da UDN, Bilac Pinto fez uma série de discursos violentos contra o governo, acusando Goulart de ter se tornado “instrumento dos comunistas”¹⁰⁷. Segundo o deputado, o Presidente da República vinha dando insistentes sinais de conluio com os revolucionários, a quem protegia e entregava postos influentes no governo. Além de franquear o acesso dos comunistas ao aparato estatal, Goulart era ainda suspeito por tolerar a infiltração nos sindicatos e aceitar e mesmo estimular a espiral grevista. Para o parlamentar *udenista* tratava-se de evidências suficientes de que o Presidente fazia o jogo da “guerra revolucionária”, estratégia supostamente criada pelos teóricos marxista-leninistas e colocada em prática no mundo todo. Entretanto, em que pese a gravidade das acusações, Bilac Pinto ainda deixava espaço para um recuo do Presidente. *Jango* ainda teria tempo de se redimir, sob a condição de desvencilhar-se dos “aliados comunistas” e paralisar, conseqüentemente, a progressão dos planos revolucionários¹⁰⁸.

Os discursos do líder *udenista* foram marcantes devido a várias razões. Primeiramente, deixaram claro o ânimo belicoso da UDN em relação a Goulart e à esquerda, uma atitude que renunciava a disposição de apoiar a eventualidade de uma ruptura institucional. Segundo, eles significaram o estreitamento de contatos entre a cúpula do partido e os militares, de quem Bilac Pinto recolheu a teorização sobre a “guerra revolucionária”. Este conceito havia sido elaborado pelo Estado-Maior do Exército e pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de influências recebidas de teóricos militares estrangeiros, particularmente franceses e norte-americanos¹⁰⁹. Adotando

¹⁰⁶ Para uma análise mais detida do episódio ver STARLING, *Op.cit.*, pp.131-134.

¹⁰⁷ PINTO, *Op.cit.* (1964), p.52. Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp.124-129.

¹⁰⁸ PINTO, *Op.cit.* (1964), pp.97-99.

¹⁰⁹ Genericamente, o conceito era uma tentativa de teorizar sobre as estratégias adotadas pelos comunistas após a Segunda Guerra, especialmente em ações no Terceiro Mundo. Correspondia a um esforço dos militares anticomunistas de entender o sucesso dos revolucionários nos movimentos anticolonialistas e antiimperialistas. Segundo a teoria, a “guerra revolucionária” empreendida pelos comunistas possuía várias fases, começando com o uso de táticas psicológicas (para obter controle sobre as massas populares e criar ambiente revolucionário), até chegar à guerrilha e à tomada violenta do poder. Cf. OLIVEIRA, Hermes de

um linguajar caro aos militares, os políticos conservadores prestigiavam os meios castrenses e conquistavam sua confiança. Terceiro, ajudaram a precipitar um “(...) movimento de formação de milícias anticomunistas”¹¹⁰, particularmente entre os proprietários rurais das regiões passíveis de serem atingidas pela reforma agrária e/ou onde eram mais intensas as atividades das lideranças esquerdistas.

No começo de fevereiro, a mobilização anticomunista nas zonas rurais atingiu intensidade e gravidade jamais vistas. Diversos grupos de proprietários se armaram, dispostos a enfrentar os “comunistas” à bala. O apelo em prol da radicalização era tanto maior quanto se divulgavam notícias sobre a eclosão de invasões de terras e conflitos armados em várias partes do país (“Invasões de terras levam a intranquilidade a Sergipe”; “Camponeses de Goiás ameaçam invasões com o apoio do CGT”; “Invasões de lavradores e reação de fazendeiros mantêm a tensão no campo”¹¹¹). Na verdade, houve mais ameaças que invasões efetivas, mas a tensão atingira níveis altos a ponto de tornar o “detalhe” irrelevante. Uma das áreas mais tensas se encontrava no Vale do Rio Doce, próximo a Governador Valadares, Minas Gerais. Naquela região, os camponeses, liderados por um sapateiro (“Chicão”), se defrontavam com milícia organizada pelos fazendeiros.

A agitação nos campos seguia intensa, quando um acontecimento retornou o foco das atenções para a zona urbana. No final de fevereiro, mais precisamente no dia 25, em Belo Horizonte, teria lugar um comício organizado pelos grupos esquerdistas, Leonel Brizola à frente. O evento não chegou a ocorrer, impedido que foi por uma bem articulada mobilização dos setores conservadores. Na ação tomaram lugar diversos segmentos anticomunistas, cabendo maior destaque às mulheres comandadas pela LIMDE. Rosários à mão, para invocar a proteção divina contra os “inimigos da religião”, as senhoras ocuparam o auditório onde ocorreria o ato político, dispostas a não permitir que os “comunistas” subissem ao palco. A disputa degenerou em grande pancadaria (alguns

Araújo (Cel). *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965; e INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709, *Op.cit.* (vol.4), pp.3-97. Sobre a produção doutrinária da ESG no contexto da influência da guerra fria cf. OLIVEIRA, Eliézer R. de. *Op.cit.*

¹¹⁰ “Guerra civil no Brasil?”, por Nahum Sirotsky. *Jornal do Brasil*, 13/02/64, p.3.

¹¹¹ Manchetes de *O Globo*, respectivamente nas edições de 1/02/64, p.3; 14/02/64, p.1; e 19/02/64, p.1. Os outros veículos da grande imprensa publicaram notícias semelhantes.

“rapazes” anticomunistas também foram mobilizados) e, ao final, Brizola se retirou sem conseguir realizar o comício. A maioria dos grupos conservadores do país se regozijou com o feito das “senhoras de Minas”, apresentando a disposição de luta dos “mineiros” como um modelo a ser seguido:

No Brasil, oferece-nos Minas Gerais, mais uma vez, o exemplo dignificante de civismo e de fé na democracia. Primeiro, impedindo que em seu solo, campo de tantas refregas gloriosas em prol da liberdade, se reunisse um congresso internacional de agentes de Moscou, e, em seguida, opondo barreiras intransponíveis, em Governador Valadares, a invasões, criminosamente planejadas, contra a propriedade privada, sob o falso pretexto de ensaiar reforma agrária.

Minas, por assim dizer, está mobilizada contra os inimigos das instituições. Constitui o maior centro de resistência às investidas malsãs do comunismo¹¹².

No início de março, o centro da crise se deslocou para o Rio de Janeiro, dado que o Presidente resolveu tomar a iniciativa e escolheu a cidade, ainda a verdadeira capital política do país, para marcar o começo de uma nova fase do governo. O grupo palaciano preparou a realização de um grande comício, um ato político cujo sentido era lançar uma ofensiva pública a favor da realização das reformas de base. Goulart demonstraria, assim, sua disposição de afinar-se com os grupos esquerdistas na luta em prol do programa reformista, ao mesmo tempo em que fazia pressão contra a mobilização conservadora. A idéia era arregimentar os grupos populares simpáticos à causa nacional-reformista, dando uma demonstração de força aos conservadores e aos setores majoritários do Congresso opostos às mudanças constitucionais.

No entender do governo, as reformas sociais, notadamente a agrária, demandavam emendas na Constituição. Uma das questões a gerar maior polêmica era a existência de uma cláusula constitucional que proibia a desapropriação de bens sem indenização em dinheiro. O governo pretendia indenizar as terras desapropriadas com títulos públicos, o que implicava em reformar a Constituição. Os conservadores não estavam dispostos a acolher tal pleito, sob a alegação de temerem que, uma vez aceito o princípio de alterar a Carta Magna, estariam abertas as portas para mudanças profundas nas instituições.

¹¹² “Mobilização geral contra o comunismo” (editorial). *O Globo*, 26/02/64, p.3. É importante ressaltar que alguns órgãos da grande imprensa (*Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*), embora igualmente preocupados com o aumento da influência da esquerda, criticaram o atentado à liberdade de expressão cometido pela mobilização anticomunista mineira.

Dias antes do comício, os meios políticos foram tomados pela ansiedade, que foi alimentada por uma onda de boatos sobre o conteúdo das medidas a serem anunciadas no evento. Grupos anticomunistas cariocas, capitaneados pela CAMDE, organizaram um comício, no dia 10 de março, para protestar contra a orientação esquerdista assumida pelo governo (“A Guanabara manifestará em concentração, no dia 10, seu repúdio ao comunismo”¹¹³). Mas, o comparecimento esteve aquém do esperado, pois cerca de 3 mil pessoas apenas teriam participado. A realização de manifestações anticomunistas de porte só veio a ocorrer depois do “comício das reformas”, que representou efetivamente o papel de “divisor de águas”.

O comício realizado a 13 de março, em frente ao prédio da Central do Brasil, provocou um impacto muito forte nos dois lados do espectro político. Para a esquerda foi uma apoteose: o evento serviu para selar o comprometimento público de *Jango* com as reformas. Por outro lado, fortaleceu a convicção de que o povo apoiava as transformações sociais, pois o comparecimento foi massivo (aproximadamente 200 mil pessoas). Os defensores do projeto reformista se cobriram de entusiasmo.

No campo conservador, o comício da “sexta-feira 13”¹¹⁴ foi recebido com alarme. O simples fato de o evento ter sido organizado, em grande parte, pela liderança sindical comunista, já era motivo suficiente para causar temor. A presença de numerosas bandeiras ostentando a “foice e martelo”, somada ao tom violento de muitos dos discursos, deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada celeremente. Entre as diversas personalidades a fazer uso do microfone, um dos mais radicais foi Brizola. O deputado gaúcho fez ameaças ao Congresso, instituição conservadora que ele desejava ver substituída por uma Assembléia Constituinte de caráter popular. O discurso de Goulart foi bem mais ameno; ainda assim, ele continha críticas ao “arcaísmo da Constituição” e pressionava o Congresso a ir “ao encontro das reivindicações populares”.

O *Correio da Manhã*, um dos jornais a apresentar posturas mais equilibradas à época, inclusive apoiando a realização de reformas sociais, fez uma avaliação acurada da

¹¹³ *O Globo*, 9/03/64, p.1.

¹¹⁴ Título de editorial, onde se acusa o comício “comuno-sindical” de ser parte do plano de agitações do governo visando o caos revolucionário. *Jornal do Brasil*, 1/03/64, p.6.

repercussão das palavras de *Jango*. O que o Presidente disse não tinha conteúdo tão radical, mas, dado o contexto de tensão e polarização políticas reinantes, foi interpretado pelos conservadores como uma declaração de fé subversiva. O próprio jornal terminava criticando Goulart, por não ter aproveitado a ocasião para “tranqüilizar os espíritos” com um discurso apaziguador¹¹⁵. Segundo outra opinião moderada, o jornalista Carlos Castello Branco, a estratégia de *Jango* era pressionar o Congresso, para que lhe fosse dado o poder de reformar a Constituição¹¹⁶.

Se os mais moderados consideraram o comício uma demonstração de força, planejada para obter o aumento do poder presidencial, os conservadores radicais e anticomunistas não tiveram dúvida: o rumo traçado por Goulart no “comício totalitário”¹¹⁷ desaguava inexoravelmente num golpe esquerdista, com participação ativa dos comunistas. Teria sido por influência destes últimos que o Presidente assinara o decreto da SUPRA, que permitia desapropriar algumas faixas de terra sem indenização em dinheiro, bem como o decreto de encampação da refinaria petrolífera de Capuava. As duas medidas foram consideradas atentados à propriedade privada, precedente perigoso para o futuro da livre-iniciativa e da liberdade.

Havia outro elemento a preocupar os opositoristas: as pressões pela realização de uma reforma constitucional. Na seqüência do comício, o Presidente enviou ao Congresso mensagem solicitando que a Constituição fosse emendada para viabilizar as “reformas de base”. Previsivelmente, pedia a alteração do artigo 141, que estabelecia a exigência da indenização em dinheiro no caso de desapropriações. Além disso, porém, requeria a supressão do preceito constitucional (artigo 36) sobre a proibição da delegação de poderes, medida que foi interpretada até pelos moderados como tentativa de conferir ao governo perfil ditatorial¹¹⁸.

O comício da Central provocou a consolidação das mobilizações anticomunista e antiGoulart, cujo movimento convergente se completou. Setores sociais importantes, que

¹¹⁵ “Equívocos” (editorial). *Correio da Manhã*, 15/03/64, p.6.

¹¹⁶ “Coluna do Castello”. *Jornal do Brasil*, 15/03/64, p.4.

¹¹⁷ *O Estado de São Paulo*, 14/03/64, p.5.

¹¹⁸ “Reformas sem ditadura”. Neste editorial, o *Correio da Manhã* declara mais uma vez seu apoio às reformas de base, considerando válido alterar a Constituição em benefício da reforma agrária. Mas ataca as manobras visando aumentar exageradamente o poder do Presidente (edição de 18/03/64, p.6).

até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo. O processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária. Sintomaticamente, durante o mês de março vieram a público vários manifestos de caráter anticomunista, organizados por setores socialmente expressivos. Citemos alguns exemplos, entre os muitos possíveis.

Em São Paulo, um grupo de médicos se manifestou contra a subversão “vermelha”, que estaria insuflando a crise econômica para perturbar a ordem (“A inflação desenfreada, que só aos comunistas interessa...”; “... não existe nada tão reacionário e retrógrado como o comunismo...”¹¹⁹). No Rio de Janeiro, alguns membros das “classes produtoras” registraram em documento seus temores: “A causa principal dos males, cabe insistir, reside no desvirtuamento da autoridade civil que faz o jôgo da investida totalitária, transigindo, ostensivamente, com os comunistas”¹²⁰. Partidos políticos também se pronunciaram (“Bancadas do PRP divulgam manifesto denunciando que comunistas ocupam o País”¹²¹), bem como segmentos da Igreja católica, que declararam não poder ficar “(...) omissos e desinteressados na luta do bem contra o mal, da luz contra as trevas, do heroísmo contra a covardia”¹²².

Mas o desdobramento mais importante da reação ao comício, e ao que ele significava na ótica conservadora, se deu a 19 de março, em São Paulo. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi o “comício da Central” do lado conservador, ou seja, se constituiu em evento altamente impactante no que tange à mobilização antiesquerdista. Sua preparação, por sinal muito cuidadosa, reuniu toda a elite paulistana em verdadeira frente anticomunista e antiGoulart, que conseguiu levar para a região da Praça da Sé enorme massa humana. A importância do ato político pode ser medida num

¹¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 7/03/64, p.4. A incidência de manifestos anticomunistas aumentou em março, mas em janeiro e fevereiro já haviam aparecido vários, como o dos “professores universitários do Rio”, encabeçado por Heráclito Sobral Pinto. *O Globo*, 4/01/64, p.6.

¹²⁰ *Jornal do Brasil*, 12/03/64, p.5.

¹²¹ *Jornal do Brasil*, 20/03/64, p.3.

¹²² *Estado de Minas*, 10/03/1964, p.1.

detalhe curioso. O tradicional *O Estado de São Paulo*, pela primeira vez em muitos anos, noticiou um acontecimento nacional em primeira página:

Meio milhão e paulistanos e de paulistas manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da Liberdade, seu repúdio ao comunismo e à ditadura e seu apego à Lei e à Democracia. Neste momento particular da vida do mundo, o histórico ato dos paulistas adquire importância internacional¹²³.

Os diários da grande imprensa carioca conferiram igual destaque à “Marcha”, interpretando de modo semelhante o significado e a motivação da manifestação “paulista”:

Uma multidão calculada em 500 mil pessoas participou ontem, em São Paulo, da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo, constituindo-se na maior manifestação popular já realizada na Capital paulista¹²⁴.

O caráter anticomunista do evento, já implícito no nome escolhido para designar a “Marcha”, foi explicitado numa proclamação divulgada pelos organizadores, acusando os “vermelhos” de atentarem contra os valores mais caros à tradição brasileira:

Povo do Brasil,
A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. (...) Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador. Não defendemos a nossa casa enquanto era tempo, quando era fácil, e, agora, as forças do mal, da mentira e da demagogia ameaçam a própria vida da família brasileira. Mas hoje, na praça pública, no dia da família, essa multidão imensa veio, espontaneamente, responder ao chamado das mulheres brasileiras (...). Reformas, sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. (...) Fiéis às nossas religiões, fiéis à nossa Constituição, fiéis à nossa pátria - construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz. Com Deus, pela Liberdade, marchemos para a salvação da Pátria!¹²⁵

¹²³ O “Estadão” reservava a primeira página exclusivamente para o noticiário internacional. *O Estado de São Paulo*, 20/03/64, p.1.

¹²⁴ *Jornal do Brasil*, 20/03/64, p.1.

¹²⁵ *O Globo*, 20/03/64, p.10.

Os discursos proferidos durante o ato enfatizaram, da mesma forma, a denúncia do “perigo vermelho”. O padre Calazans, por exemplo, Senador da República, fez referência direta a Goulart:

Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao Presidente da República que o Brasil quer a Democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: não! não! não!¹²⁶

Não era outra a fonte de inspiração dos dizeres dos cartazes exibidos na manifestação: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”; “Democracia tudo, comunismo nada”; “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “Abaixo os pelegos e os comunistas”; “O Brasil não será uma nova Cuba”; “Reformas pelo povo, não pelo Cremlin”¹²⁷.

A Marcha de São Paulo inspirou a organização de atos semelhantes em outras grandes cidades. A estratégia era aumentar a pressão contra os “comunistas” e Goulart, e fazer frente às mobilizações esquerdistas programadas para os meses seguintes. Programou-se um grande evento para o Rio de Janeiro, no dia 2 de abril, que em virtude da derrubada do governo acabou se transformando numa comemoração pelo sucesso da campanha antiGoulart e anticomunista. A Marcha do Rio teve os mesmos ingredientes observados na manifestação da Praça da Sé: ataques ao comunismo, acusado de almejar o poder ditatorial para destruir pátria, família e religiões (no plural, para ressaltar o ecumenismo anticomunista).

Em meados de março, a formação da frente anticomunista havia se consolidado, compondo um arco de alianças que unia praticamente todos os segmentos da elite brasileira, e que ainda encontrava significativo apoio nas classes médias. O medo ao comunismo, mais uma vez, teve o efeito de provocar uma poderosa mobilização conservadora. A situação crítica gerou fatos inusitados, como a aproximação entre

¹²⁶ *O Cruzeiro*, 11/04/64, p.124. A ênfase religiosa da Marcha deveu-se, para além dos vínculos com a tradição anticomunista, à intenção de responder a críticas feitas por Goulart no comício da Central contra “os que exploram os sentimentos cristãos do povo”. A motivação original da Marcha seria fazer um desagravo ao rosário, supostamente desrespeitado por *Jango*. SIMÕES, *Op.cit.*, p.132.

¹²⁷ *O Estado de São Paulo*, 20/03/64.

adversários no campo político e empresarial. Ademar de Barros e Carlos Lacerda, por exemplo, concorrentes na disputa presidencial, selaram um pacto, e encontro de natureza semelhante ocorreu entre Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*, e Assis Chateaubriand, dos “Diários Associados”¹²⁸. Até lideranças há muito afastadas das atividades públicas voltaram ao cenário político, como o Ex-Presidente e Marechal do Exército Eurico Dutra, que deu declarações à imprensa advertindo sobre a “ameaça” comunista às instituições¹²⁹.

À medida que iam se sucedendo os pronunciamentos anticomunistas, João Goulart ficava cada vez mais isolado, numa posição política extremamente delicada. A gravidade do quadro fica evidenciada na atitude tomada por Kubitschek, político que também mantinha boas relações com a esquerda e nunca considerara relevante o “perigo comunista”. No dia 20 de março, afinando o tom com o “clima político” dominante, o ex-presidente também fez uma declaração anticomunista (“Repudiemos sem vacilações o comunismo, que jamais conseguirá empolgar o nosso povo livre e cristão”¹³⁰). É bem verdade que Kubitschek atacou também o “reacionarismo intolerante”, mas isto não altera o fato de que seu discurso foi interpretado como uma declaração de adesão ao campo “democrático”¹³¹. A onda anticomunista era muito poderosa e Goulart havia ficado sem apoio no centro. Talvez ainda estivesse aberta para ele a possibilidade de recuar e procurar uma recomposição com as forças conservadoras, mas ao custo de romper definitivamente com os aliados esquerdistas.

DESFECHO

A esta altura dos acontecimentos já havia, no interior da coalizão anticomunista, uma forte disposição favorável à derrubada do Presidente. As conspirações golpistas, que

¹²⁸ “Coluna do Castello”. *Jornal do Brasil*, 22/03/64, p.4.

¹²⁹ “A voz do soldado” (editorial). *Jornal do Brasil*, 19/03/64, p.6.

¹³⁰ Trecho de discurso proferido na convenção do PSD, quando foi lançada sua candidatura presidencial. *Apud* HIPPOLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p.244.

¹³¹ “Define-se Kubitschek: repúdio sem vacilações ao comunismo intolerante”. *O Globo*, 23/03/64 (edição final), p.1.

existiam desde a posse de Goulart, deixaram de ser confabulações de grupos radicais à margem do processo político e passaram a envolver “gente graúda” dos meios civis e militares. As condições estavam postas e os atores principais do golpe estavam preparados. Faltava apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese do rompimento institucional. A ocasião se apresentou apenas uma semana após a Marcha, em plena Semana Santa. Nos dias 26 e 27 de março teve lugar a célebre “revolta dos marinheiros”, que convenceu os setores conservadores, principalmente a oficialidade militar, da existência de um processo revolucionário em curso.

O episódio foi provocado por um ato de indisciplina dos líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, grupo afinado com as teses esquerdistas. A Associação realizou uma Assembléia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, com o objetivo de comemorar seu segundo aniversário e protestar contra a prisão de alguns companheiros por motivos políticos. O Ministro da Marinha (Sílvio Mota), informado sobre a reunião e o teor radical dos discursos proferidos no evento, ordenou a detenção disciplinar dos chefes do movimento. Uma tropa de fuzileiros navais foi enviada para garantir o cumprimento da determinação. Os marinheiros desafiaram a autoridade e se recusaram a sair do prédio, recebendo a adesão de parte das tropas da Marinha enviadas para detê-los. Instalou-se uma crise séria e soldados do Exército e da Polícia Militar foram mobilizados para cercar o local, ameaçando invadi-lo. O impasse foi quebrado através de negociações conduzidas por políticos e sindicalistas de esquerda, na maioria, membros do PCB. O resultado representou uma ampla vitória para a liderança dos marinheiros: o Ministro da Marinha foi afastado do cargo, substituído por um Almirante próximo à esquerda, e os rebeldes foram conduzidos a um quartel do Exército e libertados em seguida. A cena final do drama aumentou a ira dos conservadores: os rebeldes comemoraram ruidosamente sua vitória política nas ruas do centro do Rio de Janeiro, carregando nos ombros o comandante dos Fuzileiros, Almirante Cândido Aragão, oficial simpático à causa¹³².

O impacto destes acontecimentos dificilmente poderia ser exagerado. No clima de tensão e mobilização anticomunista reinante, a “rebelião” dos marinheiros foi interpretada

¹³² *Correio da Manhã*, 29/03/64, pp.1 e 2.

como o prenúncio da revolução bolchevique, o equivalente brasileiro da revolta do Encouraçado Potemkin¹³³. A atitude de Goulart de ceder aos rebeldes, ainda por cima demitindo o Ministro que pretendia punir a indisciplina, convenceu a muitos do envolvimento do Presidente com uma trama subversiva. No interior das FFAA, o efeito da crise foi devastador, pois o princípio do respeito à hierarquia e à disciplina era considerado um valor básico da corporação. Até mesmo alguns elementos simpáticos às reformas sociais e/ou fiéis à tese da legalidade começaram a considerar aceitável uma intervenção contra o governo. Os oficiais sentiram-se ameaçados e vislumbraram o risco, denunciado há anos pelos anticomunistas, de verem as instituições militares soçobramem ante os golpes dos “vermelhos”. De acordo com esta visão, o objetivo dos comunistas era minar as Forças Armadas pela base, destruindo os elos da cadeia de comando que compunham o cerne da corporação e tornando-a incapaz de reagir contra a revolução. No limite, a intenção seria transformá-las em milícias populares, como havia sido feito em Cuba¹³⁴.

Grande parte dos oficiais a tomar parte no golpe de 31 de março foi movida à ação pela convicção de que os comunistas teriam enredado o Presidente Goulart em alguma espécie de plano revolucionário. A solidariedade de *Jango* para com os subalternos rebelados foi considerada prova cabal da existência de uma marcha rumo à revolução¹³⁵. Após os acontecimentos fatídicos da semana santa, a conspiração antiGoulart nos meios militares e civis se precipitou. O Presidente ainda colocou “mais lenha na fogueira” do golpe na noite do dia 30 de março, quando participou de festividade organizada por uma associação de sargentos, na sede do Automóvel Club, Rio de Janeiro. Prestigiando com sua presença um ato político de militares inferiores, Goulart oferecia um argumento adicional em prol da tese subversiva, e terminava de selar seu destino.

¹³³ O episódio do Potemkin, na verdade, se deu em 1905, mas mesmo assim se tornou um símbolo da revolução bolchevique, principalmente devido à influência do filme de Eisenstein. Por sinal, num gesto que ajuda a entender o clima radical da época, o *Encouraçado Potemkin* foi projetado para os líderes dos marinheiros três semanas antes da revolta, por iniciativa de membros da UNE. *O Estado de São Paulo*, 3/03/64, p.3.

¹³⁴ Denúncia deste teor foi apresentada pelo Manifesto do Clube Naval, documento elaborado na sequência dos acontecimentos envolvendo os marinheiros. O documento realçava: “As Fôrças Armadas foram tôdas, - tôdas, repetimos - feridas (...)”. “Almirantes denunciam comunização do País”. *Jornal do Brasil*, 29/03/64, p.1.

No dia seguinte, as tropas sob comando do Gal. Olympio Mourão Filho partiram de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. O dispositivo militar do governo ruiu com uma facilidade desconcertante, à medida que unidades legalistas aderiam à “revolução” e se voltavam contra Goulart. De maneira surpreendente para todos os envolvidos, o conflito foi resolvido sem que uma guerra civil ensangüentasse o país. O Presidente seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só voltaria morto, doze anos depois, e o novo poder se instalou. De imediato, teve início um forte expurgo contra os “comunistas”, quer dizer, contra os esquerdistas de todos os matizes, inclusive os comunistas.

É importante mencionar que os militares vinham sendo instigados, já há algum tempo, a entrarem em ação contra os “comunistas”. Em diversas ocasiões, a grande imprensa publicou apelos de grupos sociais que se voltavam para os militares como baluarte contra o “perigo vermelho” (“Senhoras do Jardim Botânico pedem ao Exército que salve o Brasil do perigo vermelho”¹³⁶). David Nasser, um dos mais influentes colunistas da época, mais de uma vez provocou as FFAA à ação, cobrando o compromisso da instituição com a democracia e o combate ao comunismo. Na hora certa, dizia ele, os militares se levantariam e cerrariam fileiras contra os comunistas, pois “(...) são democratas e têm a defender, com o Brasil democrático, inclusive as suas carreiras”¹³⁷. Nas manifestações anticomunistas, também apareciam cobranças aos “brasileiros de farda”, como na Marcha de São Paulo, quando Plínio Salgado admoestou diretamente as FFAA: “Será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou?”¹³⁸ Nas ruas e no ambiente familiar, os militares se defrontaram com interpelações similares:

Porque os civis nos chamavam de covardes. Eu fui chamado de covarde várias vezes. Fardado. (...) “Vocês são uns covardes. O que é que estão esperando?” Cansei de ouvir. Da

¹³⁵ Os militares entrevistados pela equipe do CPDOC foram unânimes em apontar este fator como a principal razão do golpe. Cf. D’ARAÚJO, *Op.cit.* (1994), pp.46, 50, 60, 91, 101, 126, 155, 190, 200 e 232.

¹³⁶ *O Globo*, 19/03/64, p.3.

¹³⁷ *O Cruzeiro*, 23/11/63, pp.6 e7. Nasser foi um dos principais divulgadores do argumento corporativo, ou seja, a suposição de que a vitória do comunismo implicaria na destruição das FFAA. Na edição citada a coluna foi acompanhada de uma fotografia, que mostrava um miliciano cubano dormindo num altar católico, com os dizeres: “Hoje em Cuba, amanhã no Brasil”.

¹³⁸ *O Cruzeiro*, 11/04/64, p.124.

família, não da mulher e dos filhos, mas de outras pessoas da família: “Estão esperando o quê? Que o Stalin venha sentar aqui em Brasília?”¹³⁹

Tais pressões exercidas sobre a oficialidade, naturalmente provenientes dos setores médios e superiores da sociedade, encontraram terreno fértil. O seu papel foi reforçar o tradicional anticomunismo dos militares e ajudar a convencê-los de que a ruptura institucional seria um ato legítimo, pois fora reclamado pela sociedade como única alternativa para deter a marcha do comunismo.

O movimento político-militar que eclodiu em 31 de março foi provocado, segundo os participantes e apoiadores, por uma reação contra o comunismo. Analisando algumas falas emitidas no momento da deflagração e, em seguida, nos discursos da vitória, não há dúvida de que o anticomunismo se constituiu no argumento central do golpe:

Agora é a Nação tôda de pé, para defender as suas Fôrças Armadas, a fim de que estas continuem a defendê-la dos ataques e das insídias comunistas. Neste grave momento da História, quando os brasileiros, patriotas e democratas, vêem que não é mais possível contemporizar com a subversão, pois a subversão partindo do Govêrno fatalmente conduziria ao “Putsch” e à entrega do País aos vermelhos, elevemos a Deus o nosso pensamento, pedindo-lhe que proteja esta Pátria Cristã, que a salve da Guerra fratricida e que a livre da escravidão comuno-fidelista¹⁴⁰.

A virilidade do movimento cívico que reinstalou o império da lei e da liberdade no País, que demonstrou a aversão do povo brasileiro à comunização, que repudiou a agitação e a opressão, repercutiu de modo intenso em todo o mundo¹⁴¹.

O II Exército (...) acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a Pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho. É que se tornou por demais evidente a atuação acelerada do Partido Comunista para a posse do poder, partido agora mais do que nunca apoiado por brasileiros mal avisados que nem mesmo têm consciência do mal que se está gerando¹⁴².

O IV Exército (...) cumpre o importante dever de manifestar sua solidariedade aos companheiros da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria (...). Não seria possível que a evidência de uma infiltração comunista insólita e consentida pelo Governo, culminada com os lamentáveis acontecimentos do dia 26 próximo passado, deixasse de provocar a revolta generalizada a que estamos assistindo (...) ¹⁴³.

¹³⁹ Depoimento do Gal. Carlos Alberto da Fontoura In D'ARAUJO, *Op.cit.* (1994), p.210.

¹⁴⁰ *O Globo*, 2/04/64, p.3 (editorial).

¹⁴¹ *Jornal do Brasil*, 3/04/64, p.6 (editorial).

¹⁴² Proclamação do Gal. Amauri Krueel, comandante do II Exército, declarando sua adesão ao movimento. *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1975), p.387.

¹⁴³ Manifesto do comandante do IV Exército, Gal. Justino Alves, solidarizando-se com o levante das tropas estacionadas em Minas. *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1975), p.410.

Rio-grandenses, brasileiros! Eu não poderia nesta hora fugir ao meu dever. Frente à ameaça clara e aberta de intervenção, cujo processo está em marcha, só tenho um caminho: incorporar-me àqueles que, em todo o Brasil, lutam para restaurar a Constituição e o direito, livrando a nossa pátria de uma agitação comunista!¹⁴⁴

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação!¹⁴⁵

Os militares foram festejados como salvadores da Pátria, e o golpe interpretado como uma notável vitória do “mundo livre” sobre o comunismo. Para os mais exagerados e ufanistas, a deposição de Goulart representou a maior derrota soviética em muitos anos (“a revolução brasileira derrotou fragorosamente uma das mais bem preparadas e arquitetadas ofensivas da *guerra fria*”¹⁴⁶). É verdade que o argumento anticomunista não foi o único elemento presente nas representações antiGoulart. Alguns setores concentraram suas críticas sobre o “caudilhismo” do Presidente, sua suposta pretensão a governar de forma autoritária. Porém, este perigo era considerado particularmente grave devido à aliança de *Jango* com os comunistas, que poderiam aproveitar-se da situação em benefício dos planos revolucionários.

Outro argumento importante da mobilização conservadora: as denúncias relativas à corrupção, uma prática corriqueira na gestão Goulart de acordo com seus opositores. Parte da indisposição contra o governo devia-se às acusações de que o Presidente era “tolerante” com a corrupção, característica que seria uma herança do *varguismo* (o “mar de lama”). Contudo, as denúncias contra a corrupção freqüentemente vinculavam esta prática à trama comunista. Os “vermelhos” seriam responsáveis por estimular a corrupção, pois através deste recurso aliciariam para o seu lado os políticos “(...) menos sensíveis aos fatores moral ou cívico”¹⁴⁷. De acordo com as representações anticomunistas, o problema da corrupção era um desdobramento secundário da ameaça

¹⁴⁴ Manifesto do Governador gaúcho, Ildo Menegheti. *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1975), p.433.

¹⁴⁵ Manifesto da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 3/06/64. Embora declarassem apoio ao golpe, no mesmo documento os bispos reclamaram contra excessos cometidos pelo aparato repressivo do novo regime. *Apud*, MAINWARING, *Op.cit.*, p.102.

¹⁴⁶ PINTO, *Op.cit.* (1964), p.166.

¹⁴⁷ PORTO SOBRINHO, *Op.cit.*, p.122. Segundo o autor, graças à ação dos comunistas, “(...) chegou-se entre nós a essa magnífica simbiose do comunismo com a corrupção, sob a égide do oficialismo”.

maior, o comunismo. A temática da corrupção tendeu a adquirir centralidade no discurso dos fatores do novo regime somente após o sucesso do movimento militar, quando ficou evidente que a “ameaça comunista” havia sido superestimada. Num discurso de 1965, o deputado João Calmon, personagem chave da mobilização anticomunista, declarou:

Hoje, ninguém mais duvida de que existia, antes da vitória, muito mais corrupção do que comunismo. Nestes doze meses de depuração a ameaça vermelha se tornou ainda mais insignificante¹⁴⁸.

A fala de Calmon nos leva à avaliação acerca da “periculosidade” dos comunistas na conjuntura de 1964. O eixo do discurso que legitimou a derrubada de *Jango*, como se viu, se concentrou em torno das representações anticomunistas. Mas até que ponto a liderança da coalizão conservadora acreditava realmente no alegado perigo comunista? Em que medida houve manipulação de um “fantasma”, ou seja, se criou um ente inexistente para amedrontar os ingênuos? Alguns autores a tratarem do assunto tendem a considerar o anticomunismo emergente na conjuntura, essencialmente, uma manobra para acobertar os planos golpistas. De acordo com tal visão, o objetivo primeiro dos conservadores seria perpetrar um golpe autoritário para obstar o processo de reformas sociais conduzido pelo governo Goulart. O anticomunismo seria simples “fachada”, utilizada para tornar legítimo o processo autoritário.

Na nossa opinião, uma análise mais nuançada do fator manipulatório produziria uma avaliação mais próxima da verdade. Há algum exagero na suposição de que o temor ao comunismo fosse, meramente, uma manobra utilizada por conspiradores ocultos, visando conduzir uma massa de tolos em direção ao golpe. Na verdade, a hipótese de que os grupos conservadores tinham no golpe sua opção primordial possui alguns pontos fracos. Se assim fosse, qual o sentido da grande mobilização em torno das eleições de 1962? Para que gastar tempo e dinheiro no jogo eleitoral se o objetivo final era subverter as instituições? Por outro lado, o comportamento de alguns segmentos conservadores em relação a Goulart não foi, todo o tempo, de oposição sistemática. Durante uma primeira fase do governo, e inclusive durante o início do período presidencialista, João Goulart contou com a simpatia de parcelas importantes do campo conservador. Antes da opção

definitiva pelo golpe houve tentativas de afastar o Presidente dos aliados à esquerda, numa demonstração de que a solução golpista não era o principal horizonte.

Foi somente no início de 1964 que a coalizão conservadora, majoritariamente, inclinou-se pela ruptura institucional. Até então a direita radical, mais especificamente, os anticomunistas extremados, encontrava-se numa posição isolada em relação à opinião conservadora. Deve ser lembrado que, para figuras expressivas da elite, o cenário ideal era manter a normalidade institucional, não o contrário. Apoiar um golpe implicava em correr o risco de interromper o processo eleitoral, mecanismo visto por muitos líderes como canal privilegiado de ascensão ao poder¹⁴⁹. Isto para não falar das convicções ideológicas liberais de muitos personagens, um elemento secundário, porém não desprezível.

Há outro aspecto relevante a considerar, no referente à heterogeneidade da coalizão anticomunista. O posicionamento das elites em relação às reformas sociais propaladas pelo governo Goulart não era consensual. Segmentos sociais expressivos, efetivamente, reagiam de forma irada contra qualquer proposta de transformação, notadamente os grupos ligados à propriedade rural. Mas havia setores anticomunistas favoráveis às reformas, inclusive à reforma agrária¹⁵⁰. Alguns chegavam a considerá-las estratégicas, uma arma para isolar os comunistas e esvaziar seu discurso revolucionário (“Só eliminando as causas impediremos os efeitos. O comunismo, para medrar, precisa da miséria”¹⁵¹). Aliás, a reforma social e o combate às desigualdades constituíam o eixo da política norte-americana de combate ao comunismo na América Latina, ao lado do investimento na preparação das forças repressivas¹⁵². Deve ser ressaltado que, para fazerem jus aos financiamentos da “Aliança Para o Progresso”, os países latino-americanos deveriam realizar, previamente, a reforma agrária¹⁵³.

¹⁴⁸ CALMON, *Op.cit.*, p.260.

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, *Op.cit.*, p.188.

¹⁵⁰ Tanto o IBAD como o IPES eram a favor da reforma agrária. Cf. *Ação Democrática*, nº 19, dez./1960, p.1; e FIGUEIREDO, *Op.cit.*, p.194.

¹⁵¹ “Nordeste”. O editorial defende a urgência de investir no Nordeste para diminuir a miséria da região, considerada uma das áreas mais suscetíveis ao proselitismo comunista. Seria necessário conseguir recursos estrangeiros e fazer uma reforma agrária. *Jornal do Brasil*, 21/06/61, p.6.

¹⁵² Sobre o papel dos EUA no treinamento às forças policiais da América Latina ver HUGGINS, *Op.cit.*

¹⁵³ *Manchete*, 13/01/62, pp.32 e 33.

O que provocou a unificação das elites contra *Jango* não foi uma oposição intransigente a reformas. Em essência, a mobilização antiGoulart surgiu do temor em relação às estratégias que o Presidente, supostamente, estaria disposto a usar para conseguir seus objetivos. Temia-se a aliança de Goulart com os comunistas e a possibilidade de que estes abrissem seu caminho ao poder pela via do apoio à política de reformas do Presidente. A insegurança ficava ainda maior à medida que surgiam boatos e indícios de uma estratégia continuísta ou golpista desenvolvida por *Jango*. Se Goulart criasse uma ditadura nacionalista e esquerdista com participação dos comunistas, especulava-se, o risco de uma progressão em direção ao comunismo era grande (Êsse caos, se acabar de se formar, vai ser plasmado por outras mãos, as mãos dos comunistas¹⁵⁴).

Não se descartava a hipótese de *Jango* estar usando o apoio comunista de maneira conjuntural, pois ninguém acreditava que o Presidente esposasse as idéias marxistas. A intenção de Goulart poderia ser aproveitar-se dos comunistas para a consecução de alguma espécie de projeto continuísta¹⁵⁵, descartando-se deles quando não fossem mais necessários. Mas, mesmo nesta hipótese, as manobras do Presidente continuariam perigosas, pois poderia acontecer o contrário, ou seja, *Jango* ser eliminado pelos comunistas após um golpe conjunto. Comentando uma entrevista em que Goulart previa o agravamento da crise e o risco de instabilidade institucional, o editorialista de *O Estado de São Paulo* afirmou:

Ao vaticinar-nos para breve uma mudança de regime e apontar como única solução a ditadura, o sr. Presidente da Republica não fez mais do que confirmar as declarações feitas (...) pelo diretor dessa folha, dr. Julio de Mesquita Filho, ao atribuir-lhe o proposito de derrubar as instituições democraticas utilizando “a técnica da revolução comunista com a ilusão de desfazer-se posteriormente dos comunistas e manter-se no poder”¹⁵⁶.

¹⁵⁴ “Desgoverno e ilegalidade” (editorial). *Jornal do Brasil*, 31/03/64, p.6.

¹⁵⁵ Um simples golpe ditatorial ou uma campanha popular para pressionar o Congresso a aceitar reformas na Constituição que alterassem os dispositivos sobre a inelegibilidade. Havia também a hipótese de que Goulart fomentava o comunismo no intuito de justificar um golpe: “(...) tem sido complacente com os comunistas para criar o medo do comunismo, cabendo-lhe eventualmente o dever de reprimi-lo autoritariamente ...”. *Jornal do Brasil*, 13/03/64, p.6.

¹⁵⁶ “A subversão em marcha”. *O Estado de São Paulo*, 21/11/63, p.3.

As especulações e suposições dos anticomunistas começaram a ganhar verossimilhança nos primeiros meses de 1964, à medida que Goulart acercava-se da esquerda e parecia dar sinais de pretender entrar em choque com o Congresso e mesmo almejar um golpe¹⁵⁷ (“O Presidente da República fêz ontem a sua opção: vai tentar a permanência no poder...”¹⁵⁸). O apoio aos sindicatos, o comício da Central, a revolta dos marinheiros e outros episódios críticos, combinados à insistente onda de boatos sobre planos continuístas, produziram nos meios anticomunistas a forte convicção de que havia um risco iminente. Num memorando escrito pelo Embaixador Lincoln Gordon e enviado a Washington, poucos dias antes do golpe, encontramos uma boa síntese das preocupações que tomaram conta dos setores anticomunistas:

Minha conclusão é que Goulart se acha agora definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais, aceitando para isso a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda radical. Se tiver êxito, é mais que provável que o Brasil ficará sob controle comunista, embora Goulart talvez se volte contra seus defensores comunistas adotando o modelo peronista, que, a meu ver, é do seu gosto pessoal¹⁵⁹.

Neste quadro de radicalização e incerteza, o Presidente viu se voltarem contra ele até mesmo segmentos que apoiaram sua ascensão, os quais, inicialmente, haviam demonstrado simpatia em relação às propostas reformistas. Foi o caso, por exemplo, do *Jornal do Brasil*, que no início da gestão Goulart criticava em termos ácidos os “industriais do anticomunismo” e defendia a necessidade das reformas de base. Posteriormente, o jornal aderiu à mobilização anticomunista; acusou o Presidente de fazer uma “farsa reformista” e o chamou de “caudilho aliado do comunismo”¹⁶⁰. Mudança semelhante aconteceu com os setores moderados da hierarquia católica. A Igreja, que

¹⁵⁷ Mesmo analistas moderados, como o jornalista Carlos Castelo Branco, por exemplo, começaram a acreditar que a intenção do governo era manter-se no poder. No início de fevereiro, Castelo Branco escreveu em sua coluna (sob o título “Clima continuísta nos bastidores do Governo”) que o grupo palaciano estaria se comportando como quem pretende permanecer no poder. *Jornal do Brasil*, 5/02/64, p.4. Alguns dias depois do comício da Central, o mesmo jornalista comentou que fontes da esquerda (Arraes) davam notícia de um golpe em preparação nos meios governamentais. *Jornal do Brasil*, 18/03/64, p.4.

¹⁵⁸ Trecho de editorial (“Os ineleáveis”) que analisa as repercussões do comício de 13 de março. *Jornal do Brasil*, 14/03/64, p.6.

¹⁵⁹ Ressalte-se que o documento tinha caráter ultra-secreto, portanto, não tinha intenção de impressionar o público. *Apud* CORRÊA, Marcos Sá. 1964: visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM, 1977. p.20.

inicialmente deu sustentação ao programa reformista de Goulart, acabou por apoiar sua deposição¹⁶¹. Para tais grupos, as reformas eram plenamente aceitáveis, mas não justificavam a ruptura institucional e menos ainda o estabelecimento de alianças com os comunistas.

Desta forma, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização antiGoulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a “ameaça comunista” e não um fim. Parcelas mais conservadoras e radicais da “frente anticomunista”, certamente, desejavam o autoritarismo em si, enquanto alguns agentes recusavam qualquer alteração na ordem social e econômica. Outros tinham como principal preocupação colocar fim às políticas nacionalistas e estatistas ensaiadas por Goulart. Porém, suas opiniões não tinham capacidade de obter consenso entre as elites sociais e setores moderados e conservadores. A única posição unânime era a recusa à “comunização”.

O nosso argumento, portanto, é que os líderes do golpe de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo. Tal interpretação não implica em desconsiderar a existência de manipulações. As representações anticomunistas mantiveram a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e imorais, em uma palavra, malignos. A estratégia era a mesma há décadas: passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas, no intuito de levantar contra eles a indignação popular.

Manipulações também ocorreram no que tange às representações sobre a ação comunista na conjuntura. Foi construída uma imagem deturpada da situação política, colocando os comunistas numa posição de força muito maior que a real. De fato, o PCB tinha presença expressiva em alguns setores sociais, na intelectualidade e nos meios sindicais, por exemplo. Por outro lado, o partido exercia mesmo alguma influência sobre o governo, embora não detivesse cargos de grande importância. Mas a força real do PCB,

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, editoriais respectivamente de 14/10/62, 5/02/64 e 1/04/64 (todos na página 6)

na verdade modesta, apareceu multiplicada no discurso anticomunista, que para tanto lançou mão do artifício de intitular “comunista” a toda a esquerda radical.

A manipulação maior, sem dúvida, foi passar para a população a versão de que haveria risco de uma revolução comunista iminente, quando na verdade os grupos conservadores bem informados consideravam a hipótese de um possível golpe presidencial com apoio comunista, cujos desdobramentos ninguém tinha condições de prever com exatidão. A derrubada de Goulart foi uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual, eventualmente, poderia beneficiar os comunistas. Entretanto, foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização. Os líderes do golpe tinham uma avaliação imprecisa da extensão da “ameaça comunista”, apesar de acreditarem nela. Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os “bárbaros estavam à porta”.

Para compreender a radicalização política da época é preciso ressaltar o ambiente de “guerra fria”, típico do período. Havia a sensação de que os soviéticos fomentavam revoluções por toda parte e o exemplo cubano estava muito próximo, como a mostrar que a progressão do comunismo em direção do Brasil já ia adiantada. Nestas condições, fica mais fácil entender porque emergiu a grande onda anticomunista de 1964. O golpe de 31 de março, não há dúvida, foi um dos episódios mais importantes da “guerra fria” na América Latina. Neste sentido, há que ressaltar a influência dos norte-americanos no desenrolar da crise.

Inquestionavelmente, os EUA tiveram papel de destaque no desenvolvimento da campanha anticomunista, fazendo pressões políticas e estimulando os grupos locais com suporte material e ideológico. Os representantes norte-americanos no Brasil apoiaram a derrubada de Goulart; inclusive se prepararam para suprir os golpistas com combustíveis e armas no caso de uma guerra civil. Entretanto, as fontes disponíveis até o momento tornam exagerada a suposição de que o golpe foi conduzido por Washington¹⁶². Seja

¹⁶¹ MAINWARING, *Op.cit.*, p.103.

¹⁶² Mensagem da agência da CIA em Belo Horizonte, a 30 de março, informava sobre a decisão de Magalhães Pinto em dar início ao movimento. Mas os agentes norte-americanos desconheciam o dia e a hora marcada para o levante. *Apud* CORRÊA, *Op.cit.*, p.73. Outro detalhe importante: a ordem de envio da força-tarefa naval trazendo suprimentos para os golpistas só foi expedida após o começo do levante. Estimava-se que os navios levariam cerca de duas semanas para chegar às costas brasileiras. Se a preparação estivesse sob estrito controle norte-americano, não seria de esperar a mobilização prévia da

como for, muitos aspectos dos bastidores da preparação e deflagração do movimento de 1964 continuam obscuros e envoltos em polêmica¹⁶³. Há muito ainda a ser esclarecido sobre o episódio do golpe, trabalho de interpretação que seria facilitado se novas informações viessem à tona.

É interessante observar que após o desfecho da crise e com a conseqüente ofensiva repressiva, muitos atores da campanha antiGoulart se surpreenderam com a fragilidade demonstrada pelos comunistas. Ninguém esperava uma tão fraca resistência ao golpe. A suposição de que os subversivos estivessem fortemente “infiltrados” nas instituições nacionais, notadamente nas FFAA, difundiu a convicção de que haveria confrontos graves. O trabalho de repressão policial desencadeado após o golpe não revelou evidências espetaculares da subversão comunista, ao contrário do esperado¹⁶⁴. Para decepção de muitos, não foram encontrados indícios cabais da suposta trama revolucionária.

A esta altura já era tarde para arrependimentos, se é que alguém cogitou disto. Pela segunda vez na história republicana, a ordem institucional foi quebrada sob o argumento da necessidade de combater o comunismo. E uma nova e, desta feita, mais longa experiência autoritária surgiu dos escombros das instituições liberal-democráticas.

frota, para que tivesse condições de auxiliar os golpistas de maneira ágil? Cf. PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. pp.101-106.

¹⁶³ Por exemplo, a hipótese de que a revolta dos marinheiros foi uma provocação preparada pelo serviço secreto norte-americano. Segundo algumas versões, o “cabo” Anselmo era um agente a serviço da CIA. BANDEIRA, *Op.cit.* (1977), pp.169 e 170.

¹⁶⁴ A este respeito o episódio já relatado do navio soviético apreendido pelas autoridades navais é significativo. As autoridades militares realmente esperavam encontrar no petroleiro provas do envolvimento russo com uma suposta trama subversiva. Cf. nota 93, capítulo 3.